

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA
INDÚSTRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO
DE 2003 A 2010.

Yan Mendes da Rosa Paiva
matrícula nº: 108084546

ORIENTADOR: Prof. João Luiz Maurity Saboia

Agosto 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA
INDÚSTRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO
DE 2003 A 2010.

Yan Mendes da Rosa Paiva
matrícula nº: 108084546

ORIENTADOR: Prof. João Luiz Maurity Saboia

Agosto 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO

A economia brasileira tem se caracterizado por apresentar, no passado recente, um movimento de deslocamento da indústria para o interior em virtude da existência de incentivos fiscais, creditícios e, também, melhorias de infraestrutura em algumas regiões do país. Tendo em vista a trajetória recente de crescimento econômico caracterizado por estabilidade dos preços, redução da taxa de desemprego, crescimento real do salário mínimo e aumento da relação investimento/PIB, escolheu-se o período de 2003 a 2010 para a análise. O objetivo geral é verificar se houve movimentações locacionais expressivas da indústria brasileira nesse período. Utilizando dados microrregionais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), por meio de índices de concentração, nota-se uma clara tendência de desconcentração regional, e microrregional da indústria, principalmente na indústria de transformação e na construção civil. Observa-se a perda relativa da participação do emprego, dos estabelecimentos e da massa salarial das principais áreas polarizadoras do país em detrimento, principalmente, de regiões beneficiadas por políticas que geram vantagens competitivas.

Além da realização de uma verificação empírica da hipótese de desconcentração, foi feita uma investigação dos determinantes das tendências locacionais em casos que se destacaram por excessivo crescimento do emprego, do número de estabelecimentos e da massa salarial. A principal conclusão é que os movimentos locacionais estão, em grande medida, relacionados com a atratividade gerada pelas políticas de desenvolvimento local da indústria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, principalmente, aos meus pais e meu irmão, por me apoiarem em todos os momentos da minha vida. Agradeço, também, a minha namorada pelo incentivo e compreensão no árduo processo de elaboração desse estudo. Aos meus amigos da faculdade que foram suficientemente pacientes e companheiros nas longas horas de estudo. Agradeço aos professores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelos conhecimentos disseminados ao longo da Graduação. Agradeço, em especial, ao meu orientador João Saboia pela grande ajuda na elaboração do presente trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – QUADRO GERAL DO RECENTE PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL	9
I.1 VISÕES ACERCA DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL	9
CAPÍTULO II – ANALISANDO O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL	18
II.1 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VOLTADOS PARA INDÚSTRIA.....	18
II.2 METODOLOGIA DA ANÁLISE DE DESCONCENTRAÇÃO	21
II.3 CONTINUIDADE DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL	22
II.3.1 ANALISANDO AS VARIÁVEIS.....	23
II.3.2 ANALISANDO AS REGIÕES	25
II.3.3 ANALISANDO OS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO	28
CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NAS MICRORREGIÕES COM DESTAQUE NO PROCESSO	31
III.1 SELECIONANDO AS MICRORREGIÕES	31
III.2 ANÁLISE DAS MICRORREGIÕES SELECIONADAS	36
III.2.1 PARANAVAÍ - PR	37
III.2.2 ITAJAÍ – SC.....	38
III.2.3 ARARAQUARA –SP	40
III.2.4 ANÁPOLIS – GO.....	42
III.2.5 VALE DO IPOJUCA – PE	43
III.2.6 MANAUS – AM	45
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição Percentual e Geração dos Empregos Industriais por Setores – 2003/2010.....	23
Tabela 2 - Distribuição Percentual e Geração dos Estabelecimentos Industriais por Setores - 2003/2010.....	24
Tabela 3 - Distribuição Percentual e Geração da Massa Salarial* por Setores - 2003/2010	25
Tabela 4 - Distribuição Percentual das Variáveis por Setores Industriais e Regiões Naturais - 2010.....	26
Tabela 5 - Distribuição Percentual do Emprego nas Regiões por Divisão da Indústria – 2010	27
Tabela 6 - Índices de Concentração das Regiões por Setor Industrial - 2003/2010	28
Tabela 7 - Índices de Concentração dos Estados por Setor Industrial - 2003/2010	29
Tabela 8 - Índices de Concentração das Microrregiões por Setor Industrial - 2003/2010.....	30
Tabela 9 - Distribuição do Emprego, Estabelecimentos e Massa Salarial* por Região - 2003/2010.....	32
Tabela 10 - Número de Microrregiões que Superaram a Média da Indústria por Variável - 2003/2010.....	33
Tabela 11 - Empregos, Estabelecimentos e Massa Salarial* - 2003/2010.....	34
Tabela 12 - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SSS- 2010.....	36
Tabela 13 – Coeficiente de Correlação entre a Participação das Variáveis – 2003/2010....	37
Tabela 1A – Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SSN- 2010.....	53
Tabela 2A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SNN- 2010	53
Tabela 3A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SNS- 2010... ..	53
Tabela 4A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NSS- 2010.....	53
Tabela 5A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NSN - 2010	54
Tabela 6A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NNS- 2010.....	54
Tabela 7A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NNN- 2010.....	54

Tabela 1B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Paranavaí - PR - 2003/2010.....	55
Tabela 2B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Itajaí - SC - 2003/2010.....	56
Tabela 3B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Araraquara - SP - 2003/2010.....	57
Tabela 4B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Anápolis - GO - 2003/2010.....	58
Tabela 5B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Vale do Ipojuca - PE - 2003/2010.....	59
Tabela 6B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Manaus - AM - 2003/2010.....	60

INTRODUÇÃO

A economia brasileira tem se caracterizado por apresentar grandes transformações que acabaram por determinar um movimento de deslocamento da indústria. As principais áreas polarizadoras vêm perdendo vantagem comparativa resultante de um processo de aglomeração urbana que acaba por frear o dinamismo local em virtude do aumento do custo operacional das empresas, decorrente da presença de sindicatos de trabalhadores que conseguem melhorias de salários e benefícios aos trabalhadores, de um processo especulativo que promove a valorização dos terrenos, além dos problemas ambientais. Em resumo, as deseconomias de aglomeração incentivam a busca, por parte dos empresários, de novos locais para produzir. A presença de incentivos fiscais, os salários mais baixos nas regiões menos desenvolvidas e as concessões de terrenos têm provocado alterações no padrão locacional da indústria beneficiando regiões médias caracterizadas por maior dinamismo. Essas regiões acabam sendo receptoras de novos investimentos que culminam em grande crescimento do volume de empregos, do número de estabelecimentos e da massa salarial.

Nesse contexto, a partir de dados levantados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o objetivo geral deste trabalho é analisar se houve continuidade do processo de desconcentração industrial na economia brasileira durante o período de 2003 a 2010, correspondente aos dois governos Lula, por meio de uma análise de alterações relativas ocorridas nas microrregiões do país usando variáveis tais como o emprego, o número de estabelecimentos e a massa salarial. O objetivo específico é identificar os fatores determinantes da tendência apresentada pela indústria nesse período, através de uma análise de casos.

O texto está dividido em três capítulos. Inicialmente será feita uma revisão temática sobre a gama de visões apresentadas na literatura que abordam o tema discutido, com o intuito de demonstrar a relevância do tema em questão. O capítulo 2 será dividido em três seções: A primeira se caracterizará por uma análise mais abrangente das políticas industriais recentes surgidas no país, além de apresentar um cenário macroeconômico com os principais resultados do período. Na segunda seção será discutida a metodologia utilizada para elaboração da análise da desconcentração. Já na seção final será elaborada, de fato, a análise do processo de desconcentração. No terceiro capítulo será constituída uma seleção de casos excepcionais, visto que o número de microrregiões no país supera 500 unidades e, assim, impossibilita a análise de todas. Por fim, será feita uma descrição mais detalhada desses casos de maneira a permitir um mapeamento das políticas públicas que foram determinantes para as mudanças locacionais da indústria brasileira.

CAPÍTULO I – QUADRO GERAL DO RECENTE PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

O primeiro capítulo do trabalho tem por objetivo fazer uma resenha bibliográfica sobre a gama de visões apresentadas na literatura que abordam o tema em questão, com o intuito de destacar aspectos importantes do recente processo de desconcentração industrial e demonstrar a pertinência e relevância do tema em questão.

I.1 VISÕES ACERCA DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

O processo de desconcentração industrial brasileiro possui diversas interpretações em relação à realocação espacial da indústria. Existem determinadas visões que apontam para uma continuidade do processo de desconcentração, porém há alternativas que indicam uma diminuição do ritmo do processo ou até mesmo uma estagnação. Serão apresentadas algumas com a finalidade de facilitar o entendimento do tema em discussão.

O tema em debate foi explorado, no início da década de noventa, em trabalho pioneiro de Diniz (1993), que aponta para um processo de desconcentração entre as décadas de setenta e noventa. O autor indica uma reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo (AMSP), cedendo espaço para aglomerações em um “novo polígono” que iria do centro de Minas Gerais até o Nordeste do Rio Grande do Sul, que estaria capturando a maior parte das novas atividades econômicas.

“A distribuição da produção industrial no Brasil tem mudado significativamente nos últimos anos. O resultado mais notável deste processo é um relativo declínio da elevada participação da Área Metropolitana de São Paulo. A partir de então, alguns analistas têm concluído que um processo de desconcentração ou polarização reversa está em andamento (...).” (DINIZ, 1993: 35)

Embora Diniz apresente esse relativo processo de desconcentração no período citado, a sua obra enumera fatores atenuantes para continuidade do processo descrito, pelo menos no sentido de velocidade e direção: o deslocamento da fronteira agropecuária e mineral e, também, as movimentações populacionais ressaltavam a deficiência de infraestrutura, elevando, com isso, a preocupação com custos de transporte e com desafios de alteração da fronteira tecnológica para produção em novas áreas.

Em Negri (1994) é exposto que houve continuidade da desconcentração industrial na década de 80, porém não se limitou ao polígono apresentado por Diniz (1993), embora as áreas do polígono tenham sido as maiores beneficiadas do processo. Negri confirma sua tese

de extrapolação da desconcentração para fora do polígono apresentando, primeiramente, porque ocorreu um significativo crescimento da indústria em outras regiões do país (a agroindústria do Centro-Oeste, parque têxtil no Ceará, química e petroquímica na Bahia, entre outros). Posteriormente, apresenta que a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro não foram os únicos que perderam peso na análise geral. O autor mostra que as regiões do polígono se caracterizam por uma heterogeneidade e as áreas que apresentaram destaque, aumentando seu peso no total nacional, se concentram nas adjacências das áreas metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, além das localizadas no interior do Estado de São Paulo e poucas cidades de porte médio da rede urbana do eixo Sul-Sudeste.

“Resumidamente o que se procura chamar a atenção é que, se as limitações indicadas por Diniz para uma efetiva desconcentração são reais, a tese de desenvolvimento poligonal não se aplica as expansões industriais fora do polígono, apontadas acima e, muito menos, explica a decadência do Rio de Janeiro que encontra-se no polígono.” (NEGRI, 1994: 15)

No início da década de 70 ocorreu uma estruturação de interesses regionais por meio da reivindicação por políticas capazes de atrair investimentos via incentivos fiscais e creditícios. Assim, a criação da SUDENE, a SUDAM e a Zona Franca de Manaus são ações governamentais no sentido de promoção de uma desconcentração metropolitana.

“Destaque-se, ainda, que na análise dos determinantes da interiorização ou da desconcentração, tanto para a Periferia Nacional como para o Interior paulista, fica evidente o peso das decisões de política econômica ou dos investimentos produtivos a eles subordinados, realizados no bojo do II PND, durante os anos 70, muitos dos quais só vieram a completar-se na década seguinte, o que explica, em grande parte, a continuidade da desconcentração durante a crise econômica dos anos 80.” (NEGRI, 1994: 249)

Os investimentos produtivos do II PND, a agroindustrialização da periferia nacional (devido à existência de uma ampla base de recursos naturais existente) e as deseconomias de aglomeração foram motivos que contribuíram para o processo de desconcentração.

Na obra de Diniz e Crocco (1996), assim como o exposto em Diniz (1993), é caracterizado um processo de reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo no sentido de uma reconcentração em um novo polígono.

“A partir do final da década de 1960, teve início um processo de reversão da polarização industrial na Área Metropolitana de São Paulo, com relativa dispersão geográfica para a maioria das Regiões e Estados brasileiros. No entanto, as alterações estruturais em curso, especialmente as mudanças tecnológicas, a abertura externa, a criação do MERCOSUL, a mudança no papel do Estado e a diminuição da importância dos recursos naturais apontam no sentido de uma reconcentração geográfica na região

que vai do Centro de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul.” (DINIZ ; CROCCO, 1996: 99/100)

O autor demonstra que o processo de desconcentração teve início na década de 70 e foi consequência de algumas variáveis como o aumento do custo das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, o desenvolvimento da infraestrutura e seus efeitos na unificação do mercado e na criação de economias de urbanização em várias outras cidades ou regiões, o papel da política econômica em termos de investimento estatal produtivo direto e os incentivos fiscais regionais e, por último, o papel dos recursos naturais, através do impacto das fronteiras agrícola e mineral. As variáveis expostas acima caracterizam um processo de reestruturação possibilitado por meio de mudanças tecnológicas e organizacionais que, juntamente com a emergência de novos setores industriais, atuariam de forma a restringir o processo de desconcentração e, com isso, ocorreria crescimento em áreas metropolitanas de menor dimensão ou em cidades de médio porte próximas às grandes capitais, dentro de regiões do Centro-Sul. Segundo o autor, o Brasil tem se caracterizado pelo surgimento de experiências de parques industriais, pólos e incubadoras sugerindo que a expansão das atividades tecnológicas tende a se aproximar das áreas mais industrializadas do país, o que acabaria por reforçar a localização industrial na rede de cidades de médio porte dessa região, ou seja, estabeleceria um padrão de localização da indústria com uma relativa dispersão.

Bacelar de Araújo (1999) mostra que o Brasil apresentou um modesto movimento iniciado nos anos 40 e 50 que culmina na desconcentração espacial da produção nacional por meio da ocupação da fronteira agrícola em direção ao Sul e, posteriormente, em direção ao Centro-Oeste, Norte e parte Oeste do Nordeste. Após a década de 70, o movimento se estendeu para a indústria, que acabou por desenvolver áreas mais atrasadas do país a partir da integração dos mercados. A autora ressalta que, nos anos 90, o Brasil apresentou um padrão de localização menos concentrado do que nos anos 70 por causa das modificações sofridas no ambiente econômico. São enumeradas forças que auxiliariam no processo de desconcentração: a abertura comercial intensa e rápida permitiu o favorecimento de “focos exportadores”, as mudanças tecnológicas que reduziram os custos de investimento, além da ação ativa dos governos locais por meio de incentivos.

A obra de Pacheco (1999) examina a dinâmica do investimento industrial no Brasil. Mostra a perda de participação do Rio de Janeiro e de São Paulo e uma maior heterogeneidade interna nas regiões brasileiras, fato que possibilitou o surgimento de “ilhas de produtividade”, visto que apenas algumas áreas estariam se beneficiando dos investimentos privados ou estrangeiros. Além disso, apresentou que as novas configurações de padrões locais não foram dadas de forma uniforme para o conjunto da indústria e,

assim, observaram-se resultados setorialmente distintos. Com isso, o autor indica que houve uma continuidade do processo de desconcentração a partir de meados da década de 80, mas de maneira bastante reduzida e menos intensa do que o apresentado na década de 70.

“O resultado global parece indicar continuidade da desconcentração e uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro; portanto, continuidade da desconcentração econômica, ainda que de forma menos intensa em função do menor investimento agregado, com perdas da região metropolitana de São Paulo e também do estado do Rio de Janeiro. (...)” (PACHECO, 1999: 37)

Para o autor, o processo de continuidade foi possibilitado por causa de alguns determinantes: os investimentos sobre as bases regionais da indústria na década de 70 ainda repercutiram no início da década de 80 em determinadas indústrias, impulsionando o processo de desconcentração; o esforço exportador criou opções que deram um maior dinamismo econômico em determinadas regiões; ocorreu a tendência de localização das atividades para fora das áreas metropolitanas na tentativa de fugir das deseconomias de aglomeração das grandes cidades, que é caracterizada pela menor disponibilidade de terrenos e maiores custos de instalação e operação. Ao passo que ocorre a maturação dos programas de investimento patrocinados pelo Estado e estes não são substituídos por políticas ativas, ocorre a desaceleração do ritmo da desconcentração industrial.

Saboia (2000) analisa o período 1989-1997. Confirma o movimento de desconcentração presente nas grandes regiões e estados, mostrando declínio do emprego industrial nas maiores capitais e regiões metropolitanas em prol do fortalecimento do interior dos principais estados industrializados e em alguns estados fora do eixo Sul-Sudeste. O autor apresenta, ainda, uma associação entre os menores níveis salariais e o crescimento do emprego sugerindo que os diferenciais salariais do país são utilizados como item de decisão da (re)localização espacial, ou seja, as regiões com menores níveis salariais são mais procuradas, fato confirmado pelo surgimento de pequenas aglomerações industriais nas mais distintas regiões do país, caracterizadas por possuírem baixos salários e pequeno nível de diversificação industrial.

“O artigo sugere, portanto, uma possível mudança no padrão locacional da indústria brasileira, onde aumentaria a participação do interior dos principais estados industrializados e de alguns estados fora do eixo Sul-Sudeste. Por outro lado estariam surgindo novas aglomerações industriais de pequeno porte nas mais distintas regiões do país (...).” (SABOIA, 2000: 69)

Saboia (2001) apresenta que a indústria brasileira passou por um intensivo processo de desconcentração espacial ao longo da década de 90. Dentre os motivos, pode-se ressaltar que a concorrência, resultante do processo de abertura da economia, determinou uma tentativa de modernização tanto pelo lado organizacional quanto pelo lado tecnológico. Adicionalmente, a guerra fiscal entre diversas unidades federativas, juntamente com diferencial de salários entre as áreas, possibilitou um fluxo de investimentos para diferentes regiões determinando alterações espaciais da indústria. Tais deslocamentos espaciais mostraram que a região Sul foi a principal beneficiada pelas mudanças, com crescimento relativo de sua participação no emprego e nos salários nos mais diversos setores industriais. Mostra, também, um aumento da importância das regiões Nordeste e Centro-Oeste em diversos segmentos da indústria tradicional.

“Os diferenciais salariais, a guerra fiscal, a implantação do Mercosul e o próprio nível de infra-estrutura e desenvolvimento local serviram de atrativo para que o emprego se deslocasse para a Região Sul em especial para o Paraná, não apenas em setores industriais modernos, mas também nos tradicionais. O deslocamento do emprego beneficiou ainda a Região Nordeste em setores tradicionais, com ênfase no Estado do Ceará, onde a guerra fiscal foi muito acirrada, resultando na instalação e deslocamento de empresas em busca de menores salários e maiores benefícios fiscais. Finalmente, também a Região Centro-Oeste recebeu parcela do emprego, em segmentos tradicionais e de baixo nível de desenvolvimento que se implantaram após o deslocamento da fronteira agrícola, beneficiados pelo aumento da oferta de matérias-primas e pelos baixos salários.” (SABOIA, 2001: 116/117)

A obra de Azevedo e Toneto Junior (2001) faz uma análise de realocização do emprego da indústria formal do Brasil. Segundo a obra, na década de 90, houve um acentuado processo de desconcentração, seguindo a tendência apresentada desde meados da década de 70 até o fim da década de 80.

“Este artigo analisa a realocização do emprego industrial formal no Brasil, a partir de seis setores selecionados. A tendência de desconcentração observada no período 1974/88 foi acentuada na década de 90, sob efeito da forte mudança institucional (Constituição de 1988 e abertura comercial).” (AZEVEDO ; TONETO JÚNIOR, 2001: 153)

A tendência de desconcentração é confirmada pelo processo de distribuição espacial do emprego industrial na década de 90, mesmo que esse movimento só seja nítido a partir de 1994, uma vez que, no período pré-abertura, ocorreu arrefecimento desse movimento em decorrência da consolidação dos efeitos das mudanças no ambiente institucional (abertura de mercado e guerra fiscal). Tem-se a ideia de que os setores com atividades intensivas em trabalho migraram-se para regiões com baixos salários, enquanto os setores intensivos em

recursos naturais mudaram-se para regiões com maior abundância de recursos relevantes. Os setores mais intensivos em capital foram para localizações que apresentam melhor infraestrutura, logística, adensamento industrial e mão de obra qualificada. Além disso, pode-se destacar a importância de políticas regionais de desenvolvimento conduzidas pelos governos estaduais, uma vez que, por possibilitar melhor infraestrutura e incentivos fiscais, acabaram por articular uma política de atração de investimentos que determinaram o aumento da participação do emprego.

Garcia, Lemos e Carvalho (2003) estudaram as transformações ocorridas nas áreas de influência dos pólos econômicos brasileiros em três momentos diferentes: 1980 1991 e 2000. Os critérios utilizados para identificação da influência dos pólos econômicos foram, num primeiro momento, a atração que os mesopolos exerceram sobre microrregiões dando origem às mesorregiões de influência. Num segundo momento, foi estudado como os macropolos atraíram um conjunto de mesopolos e suas respectivas microrregiões, dando origem, assim, às macrorregiões de influência.

“Em relação às áreas de influência demográfica, o modelo utilizado revelou que as mudanças ocorridas nas áreas de influência desses pólos foram sutis e pontuais entre 1980 e 1991, mas os resultados em relação ao período seguinte, entre 1991 e 2000, indica importantes mudanças em relação ao período anterior.” (GARCIA ; LEMOS ; CARVALHO, 2003: 37)

As principais considerações do trabalho foram relativas a observação de uma nova composição do direcionamento dos fluxos regionais de população e mão de obra, com destaque para a ampliação da influência de vários pólos sub-regionais, o que proporcionou a confirmação da tese de que, no Brasil, a migração é, em grande medida, determinada pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho da região de destino.

Em Pereira e Lemos (2003) o processo de desenvolvimento econômico foi apresentado como um processo de concentração, principalmente na Área Metropolitana de São Paulo (AMSP), até o início da década de 1970. A partir daí ocorre uma reversão da polarização, seguido por um relativo espreadamento da produção industrial em nível nacional. O processo de desconcentração da atividade industrial da AMSP foi direcionado para as cidades de porte médio, especialmente do Sul e do Sudeste, que se tornaram atrativas pelo fato de possuírem potencial de absorção de empreendimentos, em decorrência da existência de economias de aglomeração.

O autor apresenta que, sob uma visão de desenvolvimento regional guiado pelo mercado, haveria a persistência de um processo de reconcentração espacial, sendo mais

favorecidos os pólos geográficos do eixo Sul-Sudeste identificado por Diniz (1993). Assim, *“O destino das cidades-pólo fora do polígono de reconcentração do Sul-Sudeste não parece, por outro lado, promissor, pelo menos sob o signo de um padrão de desenvolvimento regional guiado exclusivamente pelo mercado.”* (PEREIRA ; LEMOS, 2003: 160).

Saboia (2004) faz uma análise da questão da desconcentração espacial da atividade industrial para determinar se o processo teria beneficiado a região Nordeste no período 1994/2000. O período engloba as mudanças pós-Plano Real, caracterizado pelo processo de estabilização, além do aprofundamento da desregulamentação e, também, da abertura da economia. Segundo o autor ocorrem melhorias em relação à geração de empregos, do nível de remuneração e no número de estabelecimentos, porém a posição relativa da região ainda continuava bastante desfavorável. Além disso, o Nordeste apresentou, no período analisado no artigo, uma tendência de aumento do nível de diversificação industrial na maioria dos estados. Simultaneamente, destacaram-se os grandes diferenciais existentes no interior da própria região, o que sugere que alguns estados conseguiram melhores resultados com as políticas de atração de novos investimentos.

“(...) embora tenha ocorrido um processo de desconcentração regional da indústria brasileira na década de 1990, a atividade industrial ainda permanece bastante concentrada na região Sudeste e, em menor escala, na região Sul. A importância da indústria na região Nordeste é relativamente menor, porém apresentando aumento de sua participação no emprego, remuneração e número de estabelecimentos. As demais regiões ainda possuem uma parcela mínima da atividade industrial do país.” (SABOIA, 2004: 95)

Ramos e Ferreira (2005) utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para analisar mudanças espaciais de ocupação e desocupação do mercado de trabalho brasileiro entre 1992 e 2002, procurando contrastar os resultados das regiões metropolitanas com as das áreas não metropolitanas.

“O mercado de trabalho metropolitano não constitui núcleo isolado dos demais, podendo haver fortes interações entre eles, por questões de cunho econômico e/ou demográfico. Um bom exemplo desse fenômeno é o caso da indústria, setor de atividade tradicionalmente concentrado nas áreas metropolitanas, mas que vem experimentando um processo de enxugamento e descentralização.” (RAMOS ; FERREIRA, 2005: 2)

O trabalho indica que a realocação ocorreu de forma diferenciada de acordo com o agregado analisado. Para a indústria, confirmaram-se as expectativas relativas à desconcentração da produção industrial, com perda de importância relativa das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, que estariam perdendo peso relativo em

detrimento de pólos industriais emergentes localizados no interior do próprio estado de São Paulo e, também, em Minas Gerais e no estado do Paraná.

Em Saboia, Kubrusly e Barros (2008), por meio da utilização de dados mesorregionais foram analisados os anos do início da década de 2000. A obra apresenta desequilíbrios regionais elevados, onde o eixo Sul-Sudeste continuou sendo o mais beneficiado, porém o processo de desconcentração acabou beneficiando mesorregiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O desenvolvimento ocorreu em regiões próximas as capitais e em outros casos, foi consequência de políticas explícitas de atração de investimentos industriais. Além disso, um outro resultado interessante do trabalho foi a alta correlação positiva entre nível de desenvolvimento das unidades da Federação e seu grau de heterogeneidade interna, ou seja, os estados mais desenvolvidos apresentam maiores diferenciações entre suas mesorregiões.

“Os resultados do artigo confirmam a continuidade da concentração industrial no Sul-Sudeste do país. Além de concentrada nestas duas regiões, sua “qualidade” é nitidamente superior. Apesar disso, a análise de grupamento e de componentes principais permitiu identificar várias mesorregiões no interior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que já conseguiram avançar razoavelmente, não somente em termos de volume de empregos e estabelecimentos industriais, como também na qualidade dos empregos gerados.” (SABOIA ; KUBRUSLY ; BARROS, 2008: 420)

Em Ardissonne (2009) é observado que o processo de desconcentração ocorrido no período de 1996/2005 é dependente do tipo de indústria analisada.

“Em linhas gerais o que se pôde concluir é que houve, no período 1996/2005, uma desconcentração “relativa” da atividade produtiva industrial brasileira, na medida em que alguns setores ganharam novos espaços geográficos enquanto outros perderam, ficando, portanto mais concentrados.” (ARDISSONE, 2009: 237)

A autora mostra que, no período estudado, ocorreu uma significativa mudança estrutural na indústria brasileira, uma vez que, das vinte e sete divisões utilizadas na análise, apenas cinco ganharam peso na indústria (quatro são produtoras de commodities e a outra classificada como intensiva em tecnologia). Com isso, pode ser descrito que a estrutura industrial brasileira se deu na direção da produção de commodities aproveitando a conjuntura internacional e refletindo como o câmbio afeta os setores produtivos. Além disso, as perdas foram diversificadas, envolvendo importantes divisões. Por exemplo, a indústria de alimentos e bebidas sofreu com os entraves criados pela política macroeconômica restritiva e da composição da demanda.

Os resultados da análise demonstram uma heterogeneidade intra-setorial que veio aumentando com o passar dos anos, uma vez que as estruturas industriais passaram a ser reflexo das características socioeconômicas estabelecendo, com isso, uma nova padronização de distribuição geográfica da produção industrial.

Saboia (2011) dá continuidade ao estudo do processo de desconcentração industrial, analisando o período 1997/2007. Identifica um intenso processo de desconcentração industrial beneficiando, principalmente, as regiões mais desenvolvidas no interior do país, em especial, na região Sul. Assim, sugeriu-se que, mantidas as trajetórias de crescimento econômico, as novas políticas incentivadoras da atividade industrial, em regiões menos desenvolvidas, acabariam por gerar resultados positivos no processo de redução de concentração regional da indústria.

“O artigo mostra um movimento geral de deslocamento das atividades industriais em direção ao interior. Em geral, tal deslocamento se dirige para o interior da região Sul/Sudeste. Mas também é observada uma migração para o interior de regiões menos desenvolvidas do país, especialmente no Centro-Oeste.” (SABOIA, 2011: 31)

O autor discute razões que contribuiriam para o aprofundamento do cenário de desconcentração regional da indústria. O fato da economia, em geral, estar apresentando trajetória crescente e, também, da indústria gerando bons resultados abriu espaço para hipóteses de aumento nas contribuições positivas relacionadas à elevação no nível de emprego e dos salários, além do surgimento de oportunidades para atração de novos investimentos industriais. Pode-se ressaltar a existência de vantagens fiscais, creditícias, de infraestrutura e disponibilidade de mão de obra como fatores determinantes para a atração de atividades industriais em diversos locais no interior do país com diferenciados níveis de desenvolvimento. Simultaneamente, podem-se destacar problemas excessivos nas grandes metrópoles: os salários mais elevados e a maior organização dos trabalhadores, além das questões ambientais podem ter efeito negativo no sentido de atrair investimentos.

A partir da revisão temática elaborada de estudos sobre a distribuição locacional da indústria brasileira é observado que não existe um padrão de métodos utilizados para a análise e que não existe um consenso em relação a dinâmica espacial da indústria brasileira. Assim, o tema abre espaço para novas interpretações alternativas que visam atualizar o debate do tema em questão.

CAPÍTULO II – ANALISANDO O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

O segundo capítulo visa fazer uma análise da continuidade do processo de desconcentração da indústria brasileira. Primeiramente é exposto um cenário mais amplo acerca do desempenho da economia e dos programas governamentais voltados para a indústria nos dois governos Lula e, nas últimas seções, é feita a análise de concentração industrial.

II.1 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VOLTADOS PARA INDÚSTRIA

Entre os anos de 2003 e 2010, a economia brasileira esteve sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pode-se dizer que esses governos foram marcados por um processo de crescimento do produto com estabilidade de preços, além de fortes indícios de redução da pobreza e maior distribuição de renda. O governo contou com cenário externo favorável até 2008, apresentando taxa média de crescimento do PIB no período de 4,2% ao ano. O advento da crise financeira global gerou impacto negativo na economia brasileira, fazendo com que a PIB de 2009 apresentasse uma variação negativa de 0,6% ao ano. A relação Investimento/PIB subiu de 16,23% no primeiro trimestre de 2003 para 20,1% antes da crise financeira de 2008 e, no segundo trimestre de 2010, estava no patamar de 17,8%. (CURADO, 2011: 92).

O processo de recuperação do crescimento gerado nesse período merece destaque, visto que, juntamente, apresentou um processo de melhoria nos indicadores de distribuição de renda e diminuição da pobreza. O mercado de trabalho, também, sentiu o efeito da trajetória de crescimento, a taxa de desemprego passou de 11,3%, em 2003, para 6,1% em outubro de 2010. Outro fator que deve ser destacado é a política de transferência de renda e, também, a política deliberada de crescimento real do salário mínimo. Adicionalmente, o sistema de metas de inflação foi capaz de manter a estabilidade de preços num período de crescimento. Assim, essa série de melhorias foi capaz de promover impactos positivos sobre o mercado consumidor brasileiro, com isso, houve aumento do potencial de consumo das classes C e D, que acabou por minimizar os possíveis efeitos da crise por meio do aumento da demanda agregada. (CURADO, 2011: 93/94).

A política industrial é um processo evolutivo que reclama por avanços na gestão governamental, bem como na organização empresarial, ao assumir um caráter estratégico como instrumento de desenvolvimento do país. Assim pode-se dizer que:

“(...) o objetivo mais tradicional pretendido pela política industrial é a promoção da atividade produtiva, na direção de estágios de desenvolvimento superiores aos preexistentes em um determinado espaço nacional. Do ponto de vista conceitual, política industrial deve ser entendida como o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional.” (FERRAZ ; PAULA ; KUPFER, 2002: 545)

A Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foi anunciada em 2004, consequência do destaque da indústria como foco de política de desenvolvimento e sustentação do crescimento da economia. Essa política foi composta por um conjunto de disposições que podem ser definidas como normas de uma política industrial com estratégia de conquista de resultados de longo prazo. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) ficou responsável pela sua implementação, submetida ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDNI). O objetivo desse programa era fazer a economia nacional tornar-se mais eficiente, fortalecendo e expandindo a base industrial brasileira, através da inovação das empresas, de modo a aumentar a competitividade frente ao comércio internacional, ampliando, assim, as exportações.

De acordo com Ferraz (2009), as ações do PITCE deviam ser seguidas da seguinte maneira:

a) Inovação e desenvolvimento tecnológico: promover um sistema nacional de inovação por meio da harmonização da base legal e definição da institucionalidade (fortalecimento das instituições públicas e privadas de pesquisa e serviços tecnológicos e, também, aumento da transparência do processo decisório do governo).

b) Inserção externa: finalidade de expandir as exportações brasileiras de forma sustentada. Envolve o financiamento, simplificação de procedimentos e desoneração tributária, além de outras medidas de promoção comercial e prospecção de mercados.

c) Modernização industrial: direcionado à inovação industrial, incluindo aspectos como: modernização de equipamentos; financiamento para o aumento de capacidade; privilégio da aplicação dos programas de modernização no âmbito dos arranjos produtivos locais, etc.

d) Capacidade e escala produtiva: focado na aumento de investimentos nos setores produtores de bens intermediários. O Estado atuaria por meio da oferta de garantias e de fontes de financiamento, assegurando o investimento privado.

e) Opções estratégicas: trata-se da concentração de esforços em algumas áreas intensivas em conhecimento, caracterizadas por elevado dinamismo, e detentoras de parcelas expressivas dos investimentos internacionais em P&D.

Vale ressaltar que o PITCE teve grande importância no que diz respeito ao avanço da mentalidade do Estado em relação às políticas industriais. De acordo com Ferraz (2009), foi a partir desse programa que houve uma retomada de atitudes públicas no intuito de promover o crescimento sustentado da economia, um exemplo verídico foi a divulgação, em 2008, da PDP, que veio para dar continuidade a essa nova maneira de desempenhar política industrial.

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi lançada como meio de aprofundar as ações da PITCE por meio da definição de metas explícitas. A partir daí, uma nova relação entre as esferas pública e privada surgiu, destaque para as participações do BNDES e ABDI, além da colaboração de mais 12 ministérios. De acordo com Ferraz (2009), o principal objetivo desse programa foi:

“[...]dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão da economia brasileira, atacando quatro aspectos fundamentais: a ampliação da capacidade de ofertar, a preservação da robustez do balanço de pagamentos, a elevação da capacidade de inovar e o fortalecimento das micro e pequenas empresas (MPEs).” (FERRAZ, 2009: 244)

Com os resultados da PITCE diferentes do que realmente era esperado, o governo, com a criação da PDP, admitiu existir a necessidade de haver uma estrutura de governança para definir de forma clara as responsabilidades pela gestão de cada programa, além da necessidade de existência de se ter mecanismos de coordenação intragovernamental mais fortes. Para colocar em prática a clareza de definições que fez falta ao PITCE, foram criadas metas para esse novo programa. As metas do PDP foram divididas em dois tipos: macrometas, que não distinguem setores, e metas por programas específicos. As macrometas foram subdivididas em quatro grupos em três níveis diferentes que deveriam ser alcançadas até 2010. Eram elas:

- a) Ampliação para 21% da participação da Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF no Produto Interno Bruto – PIB (17,3%, em 2007);
- b) Ampliação da participação nas exportações mundiais para 1,25% (1,18%, em 2007);

- c) Elevação da participação do gasto privado em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no PIB para 0,65% (0,51%, em 2007);
- d) Ampliação em 10% do número de MPEs exportadoras (11.919, em 2007).

Apenas uma meta foi, de fato, alcançada. O Brasil conseguiu ampliar a participação nas exportações internacionais, muito em função da crise mundial fazendo com que o Brasil ganhasse mais espaço. Os programas específicos do PDP foram divididos da seguinte maneira: Programas mobilizadores em áreas estratégicas, Programas para fortalecer a competitividade e, por último, Programas para consolidar e expandir a liderança. Esses programas contemplavam diversos setores da economia do país.

“No que diz respeito aos setores que receberam um tratamento específico na PDP, estes parecem encontrar-se em consonância com a estrutura produtiva brasileira, a qual, apesar de relativamente diversificada, padece de certos pontos de estrangulamento que constroem a competitividade da indústria brasileira e a capacidade da mesma de ampliar sua inserção externa. Um bom exemplo nesta direção são os incentivos à indústria naval e cabotagem, particularmente ao tomar-se conta das demandas potenciais por embarcações suscitadas pela extração de petróleo em águas profundas.” (FERRAZ, 2009: 260)

O PDP foi um plano muito abrangente que avançou em relação à PITCE ao ampliar o conjunto de instrumentos e de setores contemplados e ao aprofundar a capacidade de planejamento, coordenação e gestão de política. No PDP, poucos setores ou complexos produtivos ficaram de fora do seu escopo, mesmo em decorrência da ênfase dada a setores de alta tecnologia ou até mesmo ao setor externo. Existiram também os incentivos fiscais e financeiros às MPEs que foram responsáveis, em grande medida, pela geração de emprego na indústria.

Cano e Silva (2010) apontam que os dois governos de Lula foram importantes por implementar políticas industriais que contribuíram para o Brasil recuperar a esperança para construção de um caminho para o desenvolvimento. Num primeiro momento, as condições externas favoreceram essa trajetória, porém a sobrevalorização do real e o fenômeno China são novos e difíceis desafios que entraram na pauta de discussão de novas políticas industriais.

II.2 METODOLOGIA DA ANÁLISE DE DESCONCENTRAÇÃO

Esta seção tem por objetivo expor a metodologia e as variáveis empregadas nesta investigação empírica, apresentando a fonte de dados, o recorte geográfico, além dos

indicadores que serviram de ferramentas para investigar as mudanças de configuração locacional da indústria brasileira no período estudado. Optou-se por uma análise descritiva auxiliada por alguns indicadores bastante utilizados pela literatura especializada.

É comum utilizar como variável básica para estudo de concentração industrial o valor da transformação industrial (VTI), que representa o valor adicionado no processo de produção da indústria. Saboia (2001) mostrou, a partir de dados levantados no Censo Industrial (Pesquisa Industrial Anual) do IBGE e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que a distribuição regional do VTI e da massa salarial são muito semelhantes, já que quanto maior o valor adicionado em uma determinada região, maior é a possibilidade de pagamento de um volume mais elevado de salários. Outra conclusão é que o nível de concentração regional da massa salarial é superior ao do nível de emprego, pois as regiões mais desenvolvidas costumam pagar salários mais elevados. Assim, nosso estudo utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes aos anos de 2003 e 2010 usando como variáveis: o número de empregos industriais, o número de estabelecimentos e massa salarial medida em salários mínimos reais.

Ardissone (2009) indica que os setores tendem a concentrar suas atividades em determinada área em decorrência de economias de aglomeração, ou seja, quando o locus exibe alguma vantagem comparativa em relação aos demais. As vantagens aglomerativas podem reduzir os custos de produção e, com isso, aumentar os lucros. Assim, o corte geográfico escolhido foi o de microrregiões por assimilarem tantos às mudanças municipais como o poder de encadeamento proporcionado por elas, que irradiam para municípios vizinhos.

Por último, foram utilizados alguns índices clássicos de concentração para avaliação do processo de concentração industrial. As razões de concentração ($CR(n)$), mais especificamente o $CR(1)$, $CR(5)$, $CR(10)$ e $CR(25)$, que consistem na soma da participação dos (n) primeiros componentes de uma amostra ordenada de forma decrescente. Outro índice utilizado foi o de Hirshman Herfindhal que consiste no somatório das participações elevadas ao quadrado de todos os componentes da amostra. O máximo de concentração indicado por esse índice é 10.000, quando apenas um componente detém cem por cento da variável analisada.

II.3 CONTINUIDADE DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Nesta seção será apresentado, primeiramente, um cenário quantitativo das alterações ocorridas de acordo com as variáveis analisadas. Posteriormente apresentar-se-á a existência

de continuidade do processo de desconcentração da atividade industrial no período de 2003 a 2010.

Serão analisados os dados relativos ao nível de concentração regional segundo as 31 divisões industriais, sendo 23 divisões relacionadas à indústria de transformação, 4 divisões da indústria extrativa mineral, 3 divisões relativas aos serviços industriais de utilidade pública e, por último, a construção civil. Todas agregadas em quatro setores industriais (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil). Segundo Ardisson (2009) o processo seria diferenciado de acordo com o setor industrial analisado. Assim, pode-se dizer que estas informações são fundamentais para o entendimento do processo de desconcentração regional.

II.3.1 ANALISANDO AS VARIÁVEIS

De acordo com os dados retirados da RAIS, o emprego industrial aumentou de 6,7 milhões, em 2003, para 10,8 milhões, em 2010, representando uma taxa de crescimento de 59,8%. A tabela 1 mostra a indústria desagregada em seus quatro setores industriais, onde a indústria de transformação e os serviços industriais de utilidade pública perderam participação, enquanto a construção civil e a indústria extrativa mineral apresentaram movimento de aumento.

Tabela 1 - Distribuição Percentual e Geração dos Empregos Industriais por Setores - 2003/2010

Setores Industriais	2003	%	2010	%	$\Delta\%$ (2010-2003)	Geração	%
Indústria de Transformação	5.257.047	77,9	7.659.255	71,0	45,7	2.402.208	59,5
Construção Civil	1.048.251	15,5	2.508.922	23,3	139,3	1.460.671	36,2
Serv. Ind. De Utilidade Pública	319.068	4,7	402.284	3,7	26,1	83.216	2,1
Extrativa Mineral	122.806	1,8	211.216	2,0	72,0	88.410	2,2
Total	6.747.172	100,0	10.781.677	100,0	59,8	4.034.505	100,0

Fonte: RAIS

A indústria de transformação e a construção civil correspondiam a 93,5%, em 2003, e passaram a representar 94,3% do emprego industrial em 2010. Por mais que a indústria de transformação tenha perdido participação no período (77,9%, em 2003, para 71,0% em 2010), a sua geração de emprego correspondeu a 59,5% da indústria como um todo, somando aproximadamente 2,4 milhões de novos postos de empregos industriais. A construção civil apresentou um aumento representativo da sua participação no total da indústria, de 15,5%, em 2003, para 23,3%, em 2010, ao gerar aproximadamente 1,5 milhões de empregos (36,2% da geração de emprego industrial do país e uma variação de 139,3% no período). Tanto o setor

de serviços industriais de utilidade pública quanto a indústria extrativa mineral apresentaram uma geração de emprego inferior a 100 mil empregos industriais, porém o primeiro diminuiu sua participação no período de 4,7% para 3,7% enquanto a extrativa mineral aumentou de 1,8% para 2,0%.

O número de estabelecimentos industriais é a segunda variável de interesse utilizada no trabalho. A tabela 2 ilustra que essa variável apresentou uma taxa de crescimento de 36,6% em decorrência do aumento de 367 mil, em 2003, para 501,5 mil em 2010.

Tabela 2 - Distribuição Percentual e Geração dos Estabelecimentos Industriais por Setores - 2003/2010

Setores Industriais	2003	%	2010	%	$\Delta\%$ (2010-2003)	Geração	%
Indústria de Transformação	256.417	69,9	324.101	64,6	26,4	67.684	50,3
Construção Civil	97.190	26,5	161.666	32,2	66,3	64.476	47,9
Extrativa Mineral	6.914	1,9	8.036	1,6	16,2	1.122	0,8
Serv. Ind. De Utilidade Pública	6.522	1,8	7.744	1,5	18,7	1.222	0,9
Total	367.043	100,0	501.547	100,0	36,6	134.504	100,0

Fonte: RAIS

Assim como ocorrido na análise do emprego industrial, a indústria de transformação e a construção civil concentraram mais de 90% da variável no período. Em 2003, esses dois setores detinham aproximadamente 96,3% e aumentaram para 96,9% em 2010. Vale destacar que a indústria de transformação apresentou uma participação no total do número de estabelecimentos consideravelmente menor do que a sua parcela nos empregos industriais (nos dois anos analisados) e, também, a construção civil, que apresentou o movimento inverso. Outro fator que merece destaque é a participação dos outros dois setores industriais. Percebe-se que a indústria extrativa mineral apresentou uma participação superior aos serviços industriais de utilidade pública no período, diferentemente do que ocorreu na análise dos empregos industriais.

A indústria de transformação perdeu participação no período (69,9%, em 2003, para 64,6% em 2010), sua geração do número de estabelecimentos correspondeu a 50,3% da indústria, valor muito próximo a geração apresentada pela construção civil (47,9%) correspondendo a aproximadamente 65 mil novos estabelecimentos cada uma. A construção civil aumentou a sua participação de 26,5% para 32,2%. Os outros dois setores apresentaram valores muito parecidos, entre si, tanto em termos de participação quanto em termos de geração. Ambos tiveram sua participação reduzida em 0,3 ponto percentual e uma geração de aproximadamente 0,8% correspondendo a um pouco mais de mil estabelecimentos.

A série de salário mínimo (SM) real, exposta pelo IPEADATA, confirma uma valorização real de janeiro de 2003 a dezembro de 2010 de aproximadamente 66,4%, visto

que saiu do valor de R\$ 333,45 para R\$554,83. Para efeito de comparação entre a massa salarial de dois anos distintos, a massa salarial foi calculada em termos do salário mínimo real médio de 2010.

A tabela 3 indica que esta variável apresentou um crescimento real de 90,8% no período, ao passar de 230 milhões de SM, em 2003, para 438 milhões em 2010.

Tabela 3 - Distribuição Percentual e Geração da Massa Salarial* por Setores - 2003/2010

Setores Industriais	2003	%	2010	%	Δ% (2010-2003)	Geração	%
Indústria de Transformação	176	76,5	307	70,0	74,7	131	63,0
Construção Civil	27	11,6	83	19,0	213,4	57	27,2
Serv. Ind. De Utilidade Pública	20	8,9	29	6,5	39,2	8	3,9
Extrativa Mineral	7	3,0	19	4,4	178,4	12	5,9
Total	230	100,0	438	100,0	90,8	209	100,0

* Massa salarial em milhões de salários mínimo de 2010.

Fonte: RAIS

Destaca-se a variação ocorrida na construção civil e na indústria extrativa mineral que apresentaram, respectivamente, variações de 213,4% e 178,4%. Mesmo assim, como nas outras duas variáveis, a indústria de transformação concentrou a maior parte da variável no período, com 76,5%, em 2003, e 70,0% em 2010, sendo responsável por uma geração de 131 milhões de SM, correspondendo a 63,0% do total. Os serviços industriais de utilidade pública também perderam participação no período (8,9%, em 2003, para 6,5%, em 2010), uma vez que sua geração de massa salarial foi a pior dentre os quatro setores.

A construção civil e a indústria extrativa mineral seguiram trajetórias opostas aos casos já mostrados, pois aumentaram suas participações de 11,6% e 3,0% para 19,0% e 4,4%, respectivamente.

II.3.2 ANALISANDO AS REGIÕES

A tabela 4 apresenta os dados da distribuição do emprego, estabelecimentos e massa salarial nos quatro setores industriais nas cinco diferentes regiões naturais do país. É observável que existe um padrão em todas as regiões. A regra geral é o predomínio da indústria de transformação, seguida pela construção civil e com menor participação da indústria extrativa mineral e dos serviços industriais de utilidade pública. Em 2010, por exemplo, o peso da indústria de transformação no emprego variava de 81,6% na região Sul a 56,2% na região Norte, enquanto isso, a construção civil variava de 34,7% na região Norte a 14,5% na região Sul.

A região Sudeste apresenta participação das variáveis superior à participação do total apenas na indústria de transformação e na extrativa mineral. A região Sul, por sua vez, supera a participação do total na indústria de transformação e, também, na participação da massa salarial nos serviços industriais de utilidade pública. As outras três regiões têm um padrão de superar a participação total na construção civil, nos serviços industriais de utilidade pública e na indústria extrativa mineral, exceto a participação da massa salarial na indústria extrativa mineral e a participação do emprego nos serviços industriais de utilidade pública na região Centro-Oeste.

Tabela 4 - Distribuição Percentual das Variáveis por Setores e Regiões Naturais - 2010

Região	Variável	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. De Utilidade Pública	Construção Civil
Sudeste	Emprego	2,2	72,0	3,7	22,1
	Estabelecimento	1,8	65,0	1,3	31,9
	Massa Salarial*	5,1	72,9	5,4	16,7
Sul	Emprego	0,9	81,6	3,0	14,5
	Estabelecimento	1,1	69,7	1,3	27,8
	Massa Salarial*	1,2	79,6	6,8	12,4
Nordeste	Emprego	2,1	60,0	4,6	33,3
	Estabelecimento	1,8	59,1	2,0	37,2
	Massa Salarial*	4,9	53,1	10,0	32,0
Centro-Oeste	Emprego	2,0	63,0	3,6	31,4
	Estabelecimento	1,9	57,8	1,9	38,4
	Massa Salarial*	3,0	55,4	9,3	32,3
Norte	Emprego	4,2	56,2	5,0	34,7
	Estabelecimento	2,3	54,7	3,7	39,4
	Massa Salarial*	10,0	48,3	8,9	32,8
Total	Emprego	2,0	71,0	3,7	23,3
	Estabelecimento	1,6	64,6	1,5	32,2
	Massa Salarial*	4,4	70,0	6,5	19,0

* Massa salarial em milhões de salários mínimos de 2010.

Fonte: RAIS

A tabela 5 foi elaborada para apresentar a diversificação industrial da participação do emprego dentro das regiões naturais, no ano de 2010. Ao ser feita a desagregação da indústria em suas diversas divisões, consegue-se ressaltar a importância da construção civil com 23,3% do total e a fabricação de produtos alimentícios e bebidas com 14,2%, ambas com grande participação em todas as regiões. Apontam-se, também, as outras divisões que apresentam participação acima de 4,0%. São elas: confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos); fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos químicos; fabricação e montagem de veículos automotores e, por último, fabricação de artigos de borracha e plástico. Essas

atividades concentram 29,2% do emprego e, juntamente, com a construção civil e a produção de alimentos e bebidas somam 66,6% do emprego do país.

Tabela 5 - Distribuição Percentual do Emprego nas Regiões por Divisão da Indústria - 2010

Divisão	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	0,3	0,6	0,7	0,1	0,0	0,5
Extração de Minerais Metálicos	3,0	0,4	0,7	0,0	1,0	0,6
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,8	1,1	0,8	0,6	1,0	0,8
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	13,1	18,3	10,9	16,1	25,0	14,2
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Têxteis	0,7	3,4	3,2	4,1	1,4	3,2
Confecção de Artigos Do Vestuário e Acessórios	0,9	7,1	5,9	8,3	5,0	6,3
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	0,5	7,9	2,1	6,5	1,5	3,9
Fabricação de Produtos de Madeira	7,6	0,5	0,8	4,0	3,0	1,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,9	0,9	1,8	2,0	1,0	1,6
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,8	1,5	2,6	1,9	2,2	2,2
Refino de Petróleo e Álcool	0,2	0,5	0,5	0,1	0,1	0,4
Fabricação de Produtos Químicos	1,5	3,7	5,5	2,5	8,1	4,5
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	3,0	2,5	4,8	4,6	1,8	4,1
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4,1	4,6	3,7	3,4	4,0	3,8
Metalurgia Básica	2,0	0,9	3,3	1,7	0,5	2,4
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	2,5	2,5	6,0	5,4	2,8	4,9
Fabricação de Máquinas e equipamentos	1,9	1,3	5,7	6,6	1,6	4,8
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	1,1	0,2	0,5	0,4	0,0	0,4
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	1,4	0,7	2,3	2,1	0,4	1,9
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	5,5	0,1	0,8	0,6	0,0	0,8
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	0,7	0,2	0,8	0,6	0,2	0,6
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	0,9	0,8	6,3	4,3	1,0	4,4
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	4,2	0,5	1,2	0,4	0,1	1,0
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1,2	1,9	3,0	5,1	2,2	3,2
Reciclagem	0,3	0,2	0,2	0,3	0,7	0,3
Eletricidade, Gás e Água Quente	2,2	1,3	0,9	1,2	1,3	1,1
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	1,2	1,4	1,1	0,8	1,6	1,1
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	1,5	1,9	1,7	1,0	0,7	1,5
Construção Civil	34,7	33,3	22,1	14,5	31,4	23,3
Total (Valor)	464.141	1.711.126	5.549.172	2.417.630	639.608	10.781.677

Fonte: RAIS

Ao analisar os destaques das regiões, podemos ressaltar a construção civil nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com participação superior a 30%. Na região Norte, além da construção civil (34,7%) e da fabricação de produtos alimentícios e bebidas (13,1%), destacam-se a fabricação de produtos de madeira (7,6%), a fabricação de material eletrônico e equipamento de comunicação (5,5%) e a fabricação de outros equipamentos de transporte (4,2%). Já na região Nordeste, os destaques são: a fabricação de produtos alimentícios e bebidas (18,3%), fabricação de artefatos de couro e calçados (7,9%) e a confecção de artigos do vestuário e acessórios (7,1%). Quando se observa a região Centro-Oeste, a fabricação de produtos químicos (8,1%) e a fabricação de produtos alimentícios e bebidas (25%) são as principais divisões.

Nas regiões Sul e Sudeste observa-se um nível muito maior de diversificação da participação do emprego. Em contrapartida, nas outras regiões poucas atividades concentram mais da metade do emprego. Por exemplo, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, as duas principais atividades concentram 51,6% e 56,5%, respectivamente. Na região Norte, esse percentual cai para 47,8%, enquanto, no Sudeste e Sul, aproxima-se de 30%.

II.3.3 ANALISANDO OS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO

Nesta subseção serão analisados os dados relativos ao nível de concentração regional, estadual e microrregional, segundo os quatro setores industriais. Tais informações são relevantes para a análise da existência de continuidade no processo de desconcentração industrial no período analisado.

Na tabela 6 são expostos alguns índices de concentração calculados a partir da participação das variáveis nas regiões, de acordo com os setores industriais. Esses resultados apontam para uma nítida desconcentração regional das três variáveis utilizadas, mesmo não havendo um claro movimento exposto nos serviços industriais de utilidade pública, onde os índices utilizados apontam para trajetórias contrárias. Utilizando-se, por exemplo, o HHI, houve queda de 3693,4 para 3602,8 na indústria de transformação para o emprego; queda de 3823,5 para 3389,2 na indústria extrativa mineral para os estabelecimentos e queda de 4060,7 para 3467,5 na construção civil para a massa salarial.

Tabela 6 - Índices de Concentração das Regiões por Setor Industrial - 2003/2010

Setores Industriais	CR1		HHI	
	2003	2010	2003	2010
Emprego				
Extrativa Mineral	59,9	58,1	4089,7	3874,3
Indústria de Transformação	52,7	52,1	3693,4	3602,8
Serv. Ind. De Utilidade Pública	51,1	51,0	3363,7	3375,0
Construção Civil	53,1	48,9	3497,5	3208,3
Estabelecimentos				
Extrativa Mineral	56,1	51,8	3823,5	3389,2
Indústria de Transformação	50,2	47,6	3571,0	3387,5
Serv. Ind. De Utilidade Pública	42,1	40,7	2719,4	2704,2
Construção Civil	50,2	46,8	3370,8	3120,1
Massa Salarial*				
Extrativa Mineral	69,6	69,6	5149,6	5131,9
Indústria de Transformação	65,1	63,1	4790,9	4542,6
Serv. Ind. De Utilidade Pública	51,0	50,1	3338,9	3297,8
Construção Civil	59,8	53,1	4060,7	3467,5

* Massa salarial em milhões de salários mínimo de 2010.

Fonte: RAIS

A tabela 7, também, expõe alguns índices de concentração, no entanto apresenta a participação das unidades da federação nos quatro setores industriais. O movimento de desconcentração da indústria de transformação e da construção civil foi unânime para todos os índices utilizados. Os serviços industriais de utilidade pública e a indústria extrativa mineral não apresentaram tendência muito clara de desconcentração. Segundo Saboia (2011), no caso da indústria extrativa mineral a tendência de desconcentração não é clara, visto que as atividades são dependentes da existência de jazidas no local da exploração, com isso, é bastante intuitivo esperar que não ocorram mudanças muito drásticas num período pequeno.

Observa-se que a indústria de transformação detém os maiores índices de concentração em todas as variáveis. Por exemplo, o CR5 supera 70% na análise das três variáveis. Outro fato que merece destaque é o movimento de queda dos índices para a construção civil, o CR10 relativo ao emprego, por exemplo, passou de 80,9%, em 2003, para 77,6%, em 2010, sendo o único índice a apresentar valores inferiores a 80% para essa variável.

Tabela 7 - Índices de Concentração dos Estados por Setor Industrial - 2003/2010

Setores Industriais	CR1		CR5		CR10		HHI	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Empregos								
Extrativa Mineral	22,6	23,7	67,0	65,0	86,4	85,5	1143,2	1217,5
Indústria de Transformação	35,8	35,0	72,8	71,2	88,4	87,9	1697,8	1630,8
Serv. Ind. De Utilidade Pública	24,9	25,0	61,4	62,6	80,5	80,1	1095,5	1105,6
Construção Civil	26,7	25,3	62,5	58,0	80,9	77,6	1174,5	1055,1
Estabelecimentos								
Extrativa Mineral	23,8	23,3	66,3	60,9	87,4	83,4	1161,1	1039,3
Indústria de Transformação	30,1	28,0	72,5	70,6	88,7	87,8	1437,0	1318,2
Serv. Ind. De Utilidade Pública	21,3	26,1	56,1	56,9	74,5	75,6	907,2	1054,4
Construção Civil	22,7	22,3	65,2	63,5	83,2	81,3	1141,1	1082,4
Massa Salarial*								
Extrativa Mineral	40,3	42,3	75,9	75,9	91,2	91,4	2040,2	2188,8
Indústria de Transformação	49,2	46,2	79,6	76,9	92,5	91,3	2714,7	2438,8
Serv. Ind. De Utilidade Pública	26,2	23,4	63,3	62,9	83,3	82,4	1157,1	1080,9
Construção Civil	33,1	29,4	69,0	62,2	85,7	80,5	1542,0	1262,8

* Massa salarial em milhões de salários mínimo de 2010.

Fonte: RAIS

Da mesma forma que as duas tabelas anteriores, a tabela 8 apresenta índices de concentração segundo os quatro setores industriais, mas analisa a participação do emprego nas 558 microrregiões do país. Assim como nas outras duas análises, a indústria de transformação e a construção civil apresentaram, mais uma vez, queda em todos os indicadores de

concentração. Já a indústria extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública apresentaram resultados ambíguos de acordo com a variável e o índice analisado. Os destaques dessa análise se refletem nos índices relacionados à massa salarial, onde a indústria de transformação é a menos concentrada dentre os quatro. Os serviços industriais de utilidade pública também merecem destaque por apresentarem CR10 do emprego superior a 50%.

Tabela 8 - Índices de Concentração das Microrregiões por Setor Industrial - 2003/2010

Setores Industriais	CR1		CR5		CR10		CR25		HHI	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Empregos										
Extrativa Mineral	10,1	12,7	26,0	31,3	35,1	40,9	52,1	55,2	220,9	298,2
Indústria de Transformação	11,9	10,3	25,2	22,8	34,8	32,7	50,9	49,1	236,7	199,0
Serv. Ind. De Utilidade Pública	10,8	11,3	35,5	36,3	50,0	50,1	66,1	67,5	365,0	374,8
Construção Civil	13,8	12,5	35,3	32,8	47,5	45,1	64,0	62,4	381,6	330,3
Estabelecimentos										
Extrativa Mineral	3,0	3,1	12,9	12,2	20,6	19,3	34,7	32,2	79,3	71,8
Indústria de Transformação	11,5	10,1	24,1	22,1	33,9	32,4	46,9	45,7	217,8	186,9
Serv. Ind. De Utilidade Pública	4,6	5,6	12,2	15,3	17,2	21,4	26,6	33,2	65,8	90,7
Construção Civil	7,8	7,4	23,5	20,5	33,2	30,7	47,6	45,1	177,6	151,6
Massa Salarial*										
Extrativa Mineral	31,3	29,2	52,0	53,4	62,1	64,7	75,8	78,7	1140,0	1096,4
Indústria de Transformação	19,6	16,8	37,0	33,0	49,2	45,1	66,3	62,7	522,3	413,3
Serv. Ind. De Utilidade Pública	13,7	11,6	42,0	39,5	57,5	55,3	72,5	72,7	484,5	434,6
Construção Civil	19,6	16,3	43,7	39,1	54,9	51,3	69,7	67,8	610,7	468,1

* Massa salarial em milhões de salários mínimo de 2010.

Fonte: RAIS

Os resultados desta seção são extremamente importantes, mostrando que houve um movimento inequívoco de desconcentração tanto regional quanto estadual e microrregional do emprego, dos estabelecimentos e da massa salarial da indústria de transformação e da construção civil. Esses dois setores possuíam, conjuntamente, em 2003 e 2010, aproximadamente ou até mais que 90% dessas três variáveis utilizadas. Conforme esperado, os níveis de concentração para a massa salarial são mais elevados que para o emprego, mas, mesmo assim, a tendência de desconcentração é semelhante à apresentada pelo emprego.

CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NAS MICRORREGIÕES COM DESTAQUE NO PROCESSO

O capítulo em questão visa fazer uma identificação e detalhamento dos casos de destaque no período. O objetivo é fazer uma análise que avalie não só o nível, mas também identifique os condicionantes que determinaram a continuidade do processo de desconcentração industrial durante o período analisado.

III.1 SELECIONANDO AS MICRORREGIÕES

O número de microrregiões no país supera 550 unidades e, assim, impossibilita a análise de todas. Por isso, nessa seção será elaborada uma seleção dos casos mais expressivos que irão ser analisados mais profundamente na próxima seção. A caracterização dos casos selecionados será por meio de uma análise de estrutura e dos fatores presentes em cada caso.

A tabela 9 ilustra a distribuição percentual das três variáveis nas cinco regiões naturais durante os dois anos de análise. Percebe-se que houve crescimento absoluto em todas as variáveis e em todas as regiões. Existe uma perda relativa do eixo Sul-Sudeste em detrimento das outras três regiões, reforçando a hipótese de desconcentração. A única ressalva que pode ser feita é em relação à variável estabelecimentos, na região Sul, que aumenta a participação de 27,6%, em 2003, para 28,0% em 2010.

Tabela 9 - Distribuição do Emprego, Estabelecimentos e Massa Salarial* por Região - 2003/2010

Variável	Ano	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Brasil
Emprego (em mil)	2003	3.564	1.653	929	353	247	6.747
	%	52,8	24,5	13,8	5,2	3,7	100,0
	2010	5.549	2.418	1.711	640	464	10.782
	%	51,5	22,4	15,9	5,9	4,3	100,0
Estabelecimentos	2003	184.115	101.309	46.557	23.553	11.509	367.043
	%	50,2	27,6	12,7	6,4	3,1	100,0
	2010	237.173	140.224	68.731	38.462	16.957	501.547
	%	47,3	28,0	13,7	7,7	3,4	100,0
Massa Salarial*	2003	146	47	22	9	7	230
	%	63,4	20,3	9,4	3,9	3,0	100
	2010	266	83	51	21	17	438
	%	60,6	19,0	11,7	4,9	3,9	100,0

* Massa salarial em milhões de salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Na tabela 10 é apresentado o número de microrregiões presentes em cada região. As regiões Nordeste e Sudeste se caracterizam por ter um número muito mais elevado do que as outras regiões. Enquanto o Nordeste possui 188 microrregiões, o Sudeste vem em segundo lugar com 160 microrregiões, seguidos por Sul, Norte e Nordeste, com 94, 64 e 52 microrregiões, respectivamente. Além disso, foi calculado um percentual do número de microrregiões que superaram a média de crescimento do conjunto da indústria do país no período, ou seja, foram selecionadas as microrregiões que tiveram crescimento do emprego superior a 59,8%, do número de estabelecimentos superior a 36,6% e por último, da massa salarial superior a 90,8%. Para o emprego, a região Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte se destacaram com 71,2%, 66,5% e 57,8% das suas microrregiões, respectivamente, superando a média do país. Quando se analisa o número de estabelecimentos e a massa salarial o resultado segue o mesmo padrão com as três regiões com maiores percentuais. Os resultados dessa tabela reforçam o pensamento de haver continuidade no processo de desconcentração da indústria, já que apenas as regiões Sudeste e Sul não atingiram percentuais superiores ao do Brasil como um todo.

Tabela 10 - Número de Microrregiões que Superaram a Média da Indústria por Variável - 2003/2010

Regiões	Nordeste	Sudeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Brasil
Número de Microrregiões	188	160	94	64	52	558
Emprego	125	83	29	37	37	311
% (Região)	66,5	51,9	30,9	57,8	71,2	55,7
Estabelecimento	125	67	45	40	47	324
% (Região)	66,5	41,9	47,9	62,5	90,4	58,1
Massa Salarial*	144	88	38	45	46	361
% (Região)	76,6	55,0	40,4	70,3	88,5	64,7

* Massa salarial em milhões de salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Em decorrência do alto número de microrregiões, foi feita uma seleção com critérios meramente quantitativos, onde foram eliminadas as microrregiões consideradas pequenas e com baixa representatividade na indústria brasileira. Essa análise se deu por meio de um primeiro filtro que eliminou as microrregiões que possuíam, em 2010, o número de empregos inferior a 20.000 e número estabelecimentos inferior a 1.000. Assim, das 558 originais, apenas 96 foram consideradas candidatas à próxima etapa da análise.

As 96 microrregiões pré-selecionadas representavam 76,7% do emprego, em 2003, e passaram a representar 76,1% em 2010. Em relação ao número de estabelecimentos, a participação variou de 72,3% para 71,4%. Por último pode-se perceber que a massa salarial seguiu o mesmo padrão das outras variáveis, mas com percentuais mais elevados, conforme o esperado. Sua participação saiu de 83,4%, em 2003, sofrendo uma redução de 2,7 pontos percentuais no período.

Um segundo filtro foi feito com o intuito de restringir, ainda mais, o número de microrregiões selecionáveis para a análise final. As novas candidatas deveriam apresentar, simultaneamente, no período de análise, taxa de crescimento do emprego, dos estabelecimentos e da massa salarial acima da taxa acumulada de crescimento do conjunto da indústria. Pelo fato da análise ser composta por três variáveis, foram elaborados oito agrupamentos:

SSS - Selecionados pelos critérios de empregos, estabelecimentos e massa salarial.

SSN - Selecionados pelos critérios de empregos e estabelecimentos

SNN - Selecionados apenas pelo critério de empregos

SNS - Selecionados pelos critérios de empregos e massa salarial

NSS - Selecionados pelos critérios de estabelecimentos e massa salarial

NSN - Selecionados apenas pelo critério de estabelecimentos

NNS - Selecionados apenas pelo critério de massa salarial

NNN - Não selecionados por nenhum dos três critérios

Tabela 11 - Empregos, Estabelecimentos e Massa Salarial* - 2003/2010

Tipo	Emprego (em mil)					Estabelecimentos(em mil)					Massa Salarial*				
	2003	%	2010	%	Δ % (2010-2003)	2003	%	2010	%	Δ % (2010-2003)	2003	%	2010	%	Δ % (2010-2003)
SSS (33)	1.239	18,4	2.315	21,5	86,9	73	19,8	111	22,2	53,0	36	15,7	82	18,6	125,5
SSN (2)	119	1,8	194	1,8	63,4	4	1,1	6	1,1	38,9	5	2,2	9	2,2	84,5
SNN (5)	171	2,5	275	2,6	61,0	8	2,3	11	2,1	27,7	6	2,8	12	2,7	85,3
SNS (12)	584	8,7	1.010	9,4	73,0	32	8,6	41	8,1	27,8	20	8,5	41	9,4	110,4
NSS (4)	158	2,3	239	2,2	51,5	9	2,5	14	2,8	49,6	4	1,6	7	1,7	102,4
NSN (9)	380	5,6	545	5,1	43,5	16	4,4	23	4,7	43,7	15	6,5	24	5,6	63,9
NNS (3)	374	5,5	569	5,3	52,3	18	4,9	21	4,3	18,9	16	6,8	31	7,0	97,0
NNN (28)	2.154	31,9	3.054	28,3	41,8	105	28,6	132	26,3	25,4	90	39,3	147	33,6	63,1
Selecionados (96)	5.177	76,7	8.202	76,1	58,4	265	72,3	358	71,4	35,1	192	83,4	354	80,7	84,5
Total (558)	6.747	100,0	10.782	100,0	59,8	367	100,0	502	100,0	36,6	230	100,0	438	100,0	90,8

* Massa salarial em milhões de salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Das 96 microrregiões pré-selecionadas, observa que, a partir do novo filtro, a maior frequência ocorreu no grupo de interesse. Conforme pode ser observado, as 33 microrregiões classificadas como SSS apresentaram, em média, taxa de crescimento de 86,9% para o emprego, 53,0% para os estabelecimentos e 125,5% para a massa salarial. Em termos absolutos, esse grupo representava 21,5% do emprego, 22,2% dos estabelecimentos e 18,6% da massa salarial da indústria do país em 2010. Nos outros grupos ficaram as microrregiões que não apresentaram destaque em pelo menos uma das variáveis. Houve predominância das microrregiões das regiões Sul e Sudeste. Das 63 restantes, apenas 4 microrregiões não pertenciam ao eixo Sul-Sudeste (Belém-PA (NNN); Recife-PE, Aracaju-SE e Campina Grande-PB (SNS)). As tabelas contendo a distribuição das variáveis dentro desses outros grupos encontram-se no anexo A.

A tabela 12 apresenta as 33 microrregiões selecionáveis para a última análise do trabalho. Um resultado interessante encontrado é que a maior parte encontra-se nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com 18 microrregiões, enquanto no eixo Sul-Sudeste selecionou-se 15 microrregiões. A região Nordeste foi destaque com 10 microrregiões, a região Sul veio em seguida com 9 microrregiões. Estes resultados são evidências a mais para confirmação da continuidade do processo de desconcentração industrial. Quando se replica essa análise para as unidades da federação, o principal destaque é o estado do Paraná com 6 microrregiões selecionadas, seguido por São Paulo, Santa Catarina e Goiás, com 3 microrregiões cada e, por último, Minas Gerais, Ceará e Bahia com 2 microrregiões cada

uma. Dessa forma, das 27 unidades da federação, 19 apresentaram pelo menos uma microrregião selecionável.

Para diversificar a análise, optou-se por, no mínimo, uma microrregião de cada região natural do país. Foram priorizadas as microrregiões com elevada participação no emprego da indústria de transformação ou que apresentaram alta taxa de crescimento no período de 2003 a 2010. Na região Sul foram escolhidas duas microrregiões, Paranavaí (PR) e Itajaí (SC), por apresentarem, respectivamente, taxas de crescimento de 98,6% e 94,9% do emprego. Na região Sudeste selecionou-se uma microrregião do estado de São Paulo, por se destacar na região, possuindo 3 microrregiões selecionáveis. Com isso, a microrregião de Araraquara, caracterizada por uma participação do emprego de 86,7% na indústria de transformação, foi escolhida. Na região Centro-Oeste, mais especificamente em Goiás, com um total de 40.166 empregos industriais em 2010, representado uma geração de aproximadamente 20 mil vínculos empregatícios, Anápolis foi a quarta indicada. No Nordeste priorizou-se a microrregião de Vale do Ipojuca pelo seu destaque tanto na geração de emprego (102,7%) quanto na participação dentro da indústria de transformação (85,2%). A última microrregião selecionada foi a microrregião de Manaus devido as especificidades da Zona Franca. Assim, foram selecionadas 6 microrregiões para a análise final.

Tabela 12 - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SSS- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	SP	RIBEIRÃO PRETO	0,4	77,0	1,2	21,4	90.709	74,8
SE	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0,4	83,0	1,2	15,4	62.060	92,8
SE	SP	ARARAQUARA	0,4	86,7	1,5	11,5	52.028	83,3
SE	MG	UBERLÂNDIA	0,8	66,3	4,7	28,2	51.410	71,0
SE	MG	POUSO ALEGRE	0,4	92,2	0,4	7,0	28.283	85,8
SE	ES	LINHARES	2,5	65,4	2,2	29,8	27.241	96,2
S	PR	CURITIBA	1,2	68,5	6,8	23,5	298.586	73,4
S	SC	FLORIANÓPOLIS	0,5	46,5	13,7	39,2	54.914	64,8
S	PR	MARINGÁ	0,3	80,8	0,3	18,7	51.465	64,3
S	SC	CHAPECÓ	0,2	80,2	2,1	17,5	50.782	79,5
S	SC	ITAJAÍ	0,9	68,0	2,8	28,2	38.094	94,9
S	PR	TOLEDO	0,4	87,3	0,6	11,7	35.669	69,4
S	PR	CASCADEL-PR	0,6	78,1	0,9	20,4	35.609	93,8
S	PR	UMUARAMA	0,1	93,0	0,4	6,5	21.246	81,5
S	PR	PARANAVAÍ	0,4	92,9	0,2	6,5	20.702	98,6
NE	CE	FORTALEZA	0,6	67,7	2,4	29,3	217.469	73,9
NE	BA	SALVADOR	0,7	38,8	6,0	54,5	208.098	110,3
NE	RN	NATAL	0,3	54,0	7,3	38,4	64.755	106,5
NE	MA	AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO	0,4	19,9	6,6	73,1	63.137	181,6
NE	PB	JOÃO PESSOA	0,1	53,1	8,1	38,7	62.421	67,0
NE	AL	MACEIÓ	0,7	50,2	6,6	42,4	56.708	83,4
NE	PI	TERESINA	0,7	41,0	7,8	50,5	49.161	87,4
NE	BA	FEIRA DE SANTANA	0,7	68,3	2,1	29,0	41.160	112,3
NE	PE	VALE DO IPOJUCA	0,3	85,2	0,6	14,0	24.712	102,7
NE	CE	CARIRI	1,6	84,2	2,1	12,1	21.630	72,3
CO	GO	GOIÂNIA	0,3	57,9	4,7	37,1	141.526	72,4
CO	DF	BRASÍLIA	0,4	31,3	5,7	62,6	101.029	83,0
CO	MT	CUIABÁ	1,5	51,2	6,6	40,7	47.334	82,6
CO	MS	CAMPO GRANDE	0,4	50,8	5,1	43,7	42.563	74,6
CO	GO	ANÁPOLIS	0,4	80,5	0,4	18,7	40.166	104,8
CO	GO	SUDOESTE DE GOIÁS	0,6	86,5	1,5	11,4	28.121	129,3
N	AM	MANAUS	0,2	79,8	3,4	16,6	138.052	80,2
N	RO	PORTO VELHO	0,7	16,2	4,6	78,6	48.474	477,1

Fonte: RAIS

III.2 ANÁLISE DAS MICRORREGIÕES SELECIONADAS

Nesta seção será feito um estudo mais detalhado das seis microrregiões destacadas na seção anterior. O objetivo é fazer uma breve análise sobre a existência de alterações nas estruturas setoriais existentes na indústria em 2003, e como as políticas públicas de incentivo foram determinantes para estabelecer a continuidade do processo de desconcentração industrial analisado no capítulo anterior. Será priorizada a análise do emprego por ser a principal variável do estudo, além de demonstrar com grande propriedade os movimentos ocorridos dentro da indústria das áreas geográficas trabalhadas. Na tabela 13 são expostos os coeficientes de correlação entre as participações das variáveis para os dois anos da análise. Observa-se que todas as correlações se situam acima de 0,94 indicando que as distribuições são muito semelhantes, independentemente da variável que se utilize.

Tabela 13 - Coeficiente de Correlação entre a Participação das Variáveis* - 2003/2010

2003			
	Emprego	Estabelecimentos	Massa Salarial**
Emprego	1	0,9855	0,9805
Estabelecimentos	0,9855	1	0,9515
Massa Salarial*	0,9805	0,9515	1
2010			
	Emprego	Estabelecimentos	Massa Salarial**
Emprego	1	0,9786	0,9810
Estabelecimentos	0,9786	1	0,9422
Massa Salarial*	0,9810	0,9422	1

* Participação das variáveis nas 558 microrregiões do país

** Massa salarial em milhões de salários mínimos de 2010.

Fonte : RAIS

III.2.1 PARANAÍ - PR

Segundo Moraes Neto (2005), desde o início de 2003, as micro e pequenas empresas do estado do Paraná começaram a contar com incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual. Passou a ser dada isenção de ICMS para aproximadamente 120 microempresas com faturamento mensal inferior a 18 mil reais. Além disso, reduções de alíquotas para 2,0 % para as empresas com faturamento mensal entre 18 e 48 mil; 3,0% direcionado às empresas com vendas mensais entre 48 e 120 mil e, por último, 4,0% para empresas com faturamento acima de 120 mil e abaixo de 1,8 milhão de reais. A atuação do governo estadual se expandiu por meio de outras políticas de caráter tributário que repercutiram de forma positiva sobre a geração de emprego, tal como a redução de 18% para 12% do ICMS cobrado nas importações por portos paranaenses nas contribuições de empresas industriais dentro do estado, além da diminuição de 18% para 7% do ICMS cobrado na aquisição de diversos insumos da construção civil. A atuação do governo paranaense foi feita com o intuito de orientar a localização da atividade no interior do estado.

“Dentre outras políticas de promoção ao investimento em atividades produtivas, cabe ressaltar que a política de incentivo fiscal do Estado estimula o investimento nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), buscando orientar a localização da atividade econômica no interior do Estado e nos municípios menos desenvolvidos.” (MORAES NETO, 2005: 5)

Outras políticas públicas incentivaram a potencialização da atividade industrial, visando aumentar a geração de empregos. Os programas de apoio a arranjos produtivos locais, o aumento do prazo do ICMS sobre energia elétrica para implantação, ampliação ou

reativação de estabelecimentos industriais. Além disso, foram feitos esforços no sentido de se promover melhorias na infraestrutura, através de um grande programa de investimentos para recuperação de rodovias e promoção de melhorias no saneamento básico que, em decorrência do dinamismo dos setores produtivos, juntamente com a capacidade empresarial, promoveriam aumento na geração de emprego.

Das 38 microrregiões do estado do Paraná, Paranavaí ocupava, em 2010, o décimo lugar quando se considera a quantidade de empregos industriais. Em 2010, apresentou um total de 20.702 empregos industriais, representando uma taxa de crescimento de 98,6% em relação a 2003. O número de estabelecimentos e a massa salarial também se destacaram no período ao apresentarem taxas de crescimento de 84,2% e 178,4%, respectivamente. A tabela 1 do Anexo B mostra que a participação do emprego da indústria de transformação em Paranavaí é muito elevada. Por mais que tenha perdido 0,9 ponto percentual de participação de 2003 para 2010, esse setor ainda concentrava 92,9% do emprego, 60,8% dos estabelecimentos e 92,9% da massa salarial ao final do período de análise. Os dados sugerem um aumento da concentração industrial que favorece a divisão de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, que teve sua participação aumentada em 8,9 pontos percentuais chegando a concentrar quase metade do total do emprego da indústria da microrregião em 2010 (49,7%), enquanto a massa salarial atingia 50,5% no final do período. A confecção de artigos do vestuário e acessórios (8,8%), a fabricação de máquinas e equipamentos (7,3%) e a fabricação de produtos químicos (6,7%) também merecem destaque. Os serviços industriais de utilidade pública e indústria extrativa mineral são pouco representativos e somam menos que 1%. Além disso, a construção civil não passa dos 7% dos empregos.

III.2.2 ITAJAÍ – SC

O estado de Santa Catarina criou, no final da década de 90, o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) visando fomentar a economia e a industrialização em determinadas regiões ou municípios do Estado. Segundo Chacon (2010), o principal objetivo do PRODEC era promover o desenvolvimento sócio-econômico por meio de atração de empresas, através do financiamento de investimentos proporcionado pela renúncia de uma parte do “bolo fiscal” gerado pelo ICMS, financiamento de capital de giro de longo prazo e juros baixos. Assim, esperava-se que essas empresas fossem capazes de promover geração de emprego e renda, aumento do nível de tecnologia e formação de arranjos produtivos locais que acabariam resultando em ganhos de competitividade. O intuito era beneficiar a sociedade catarinense por meio de um desenvolvimento sustentado do meio

ambiente e promoção de uma melhor rede de infraestrutura. O período de adesão a esse programa terminou em dezembro de 2006, embora seus benefícios continuassem valendo. Pode-se resumir a ação do governo como uma renúncia fiscal em prol do desenvolvimento local, através da atração de empresas que seriam capazes de diversificar, dinamizar e desconcentrar a atividade industrial.

“Nota-se desta maneira, que por este intermédio o governo de Santa Catarina está realizando seu papel de intermediador e agente fomentador da economia, renunciando parte do imposto do ICMS à que tem direito, com o advento das empresas utilizarem esta fatia de imposto, que não é recolhido, justamente para investir em si mesmas e poderem gerar mais empregos diretos, e conseqüentemente, renda para a determinada região que a empresa está localiza, gerando no fim da cadeia consumidora mais impostos por ocasião de movimentação do comércio local.”
(CHACON, 2010: 74)

No início de 2007 foi criado o programa PRÓ-EMPREGO, assim como o PRODEC, o principal foco era o desenvolvimento sócio-econômico proporcionado por uma geração de emprego e renda através de incentivo tributário diferenciado, a postergação do ICMS devido, para empresas que realizassem importações nos portos e aeroportos catarinenses, comercialização de produtos pertencentes à cadeia de industrialização de determinado produto destinado à exportação e circulação de mercadorias e bens de estabelecimentos aderentes ao programa localizados no estado. Foram alvos desse programa os empreendimentos industriais que detinham alto potencial de absorção de mão de obra, uma vez que poderiam alavancar a economia catarinense através da implantação, expansão, reativação de indústrias ou até mesmo modernização tecnológica.

Pertencente a mesorregião do Vale do Itajaí, a microrregião de Itajaí é composta por doze municípios que, em 2010, concentravam uma quantidade de empregos que colocava a microrregião em nona colocação das vinte possíveis dentro do estado de Santa Catarina. A tabela 2 do anexo B mostra que Itajaí apresentou taxas de crescimento muito superiores ao do conjunto da indústria. O número de empregos passou de 19.546, em 2003, para 38.094, em 2010, representando um crescimento de 94,9%. Nesse mesmo período, o número de estabelecimentos cresceu 71,3%, um aumento de 1.368 estabelecimentos industriais. Já a massa salarial que apresentava 530 mil SM pagos, em 2003, teve um crescimento real de 135,6% e passou a 1.248 mil SM em 2010. Quando se analisa a participação do emprego nos setores industriais, nota-se que, apenas, a construção civil cresceu (15,5%, em 2003, para 28,2% em 2010). No período, a indústria extrativa mineral diminuiu sua participação de 2,1% para 0,9%, os serviços industriais de utilidade pública que detinham, em 2003, 5,4% do total,

perderam 2,6 pontos percentuais. A maior perda foi a da indústria de transformação, ao passar de 76,9% para 68,0%.

Dentro da indústria de transformação, percebe-se que, mesmo perdendo uma grande parcela da sua participação (9,6 pontos percentuais), a fabricação de produtos alimentícios e bebidas continuou sendo a divisão mais importante, com 20,3% do emprego em 2010. As outras divisões que merecem destaque são: confecção de artigos do vestuário e acessórios, que possuía 7,7%, em 2003, e passou a representar 11,2% da indústria em 2010; a fabricação de outros equipamentos de transporte, mesmo apresentando perda de 0,9 ponto percentual no período, detinha a terceira maior participação no final do período (5,8%); a fabricação de produtos têxteis (5,3%) e, por último, a fabricação de produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos, com 5,2%.

III.2.3 ARARAQUARA –SP

A obra de Simões e Junior (2011) indica que o processo de interiorização da atividade industrial paulista foi, em grande medida, proporcionada por políticas municipais e regionais que visavam a diversificação da estrutura produtiva no sentido de alavancar as economias aglomerativas (localização e urbana) em regiões caracterizadas pela existência de atividades com baixo poder de encadeamento local. Tornou-se necessário a existência de uma maior articulação entre a atuação pública e privada nas áreas com menores características industriais no sentido de minimizar o vazamento dos efeitos gerados por investimentos públicos e privados. Adicionalmente, Segundo Tineu (2008), pode-se afirmar que o processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em direção ao interior do estado, foi consequência de um processo de perda da vantagem comparativa. Podemos destacar alguns fatores internos a RMSP: o acelerado crescimento da região propiciou um adensamento urbano que acabava por prejudicar a logística das empresas; as exigências da legislação voltada para o meio ambiente, cada vez mais rigorosas; elevada organização sindical que davam grande poder de barganha aos trabalhadores e acarretavam na geração de incremento de salários e benefícios, aumentando os custos operacionais e, por último, presença de parques industriais depreciados, em decorrência do seu grande tempo de uso, fato que incentivou a se investir em novas instalações em locais com custos operacionais menores. Além disso, podemos citar fatores externos a RMSP: as políticas municipais e estaduais de atração de indústrias, através da diminuição ou até mesmo isenção de impostos (ISS, IPTU, ITBI, ICMS, etc); a concessão de terrenos para a instalação de fábricas;

promoção de uma melhoria da infraestrutura por meio de construção de rodovias, aeroporto e, também, melhorias no sistema de telecomunicações.

“As principais razões para a dispersão dos estabelecimentos industriais e queda relativa da concentração geográfica industrial paulista eram as crescentes deseconomias de aglomeração aliadas a outros processos: expansão do poder de influência da cidade São Paulo, surgimento de economias de aglomeração em outras áreas, estímulo governamental com investimento direto, incentivos fiscais e infraestrutura, unificação do mercado potencializado pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicação.” (BARROS, 2011: 427)

Composta por quinze municípios, Araraquara se caracteriza por um arcabouço industrial bem concentrado na poucas divisões industriais. A tabela 3 do anexo B apresenta os dados relativos a essa microrregião. Com 28.388 empregos em 2003, aumentou 83,3% e chegou a 52.028 em 2010. Enquanto isso, o número de estabelecimentos seguiu a trajetória de crescimento parecida com a do conjunto da indústria do país ao apresentar uma variação positiva de 36,7% (a taxa de crescimento do total da indústria foi de 36,6%) chegando a 2.215 estabelecimentos industriais em 2010. Já a massa salarial aumentou de, aproximadamente, 1 milhão de SM, em 2003, para 1,996 milhão de SM em 2010, crescimento de 99,5%. Dentro dos quatro setores industriais, nota-se que a atividade é muito concentrada na indústria de transformação. Em 2003, a participação do número de emprego era de 90,0%, passando para 86,7% ao final do período. Quando desagrega esse setor, percebe-se que, apenas, três divisões detinham mais da metade do emprego nos dois anos. A fabricação de produtos alimentícios e bebidas passou de 26,2%, em 2003, para 22,5% ao final do período. Essa retração representou a perda do posto de principal divisão industrial dentro da microrregião. Com um aumento de 4,3 pontos percentuais, a fabricação de produtos têxteis, que detinha 18,5% dos empregos em 2003, assumiu a liderança. A fabricação de máquinas e equipamentos sofreu pequena retração da participação no emprego passando de 19,8% para 15,5%. Vale destacar o crescimento da participação de 2,3 pontos percentuais da fabricação de outros equipamentos de transporte. Quando se analisam os outros setores industriais, percebe-se que, diferentemente da indústria de transformação, a construção civil aumentou a participação do emprego em 3,6 pontos percentuais passando a deter 11,5% dos empregos em 2010. A indústria extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública continuaram poucos representativos, ao permanecerem, conjuntamente, com participação próxima a 2%.

III.2.4 ANÁPOLIS – GO

O Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR) foi criado em 2000 como substituição ao Programa de Fomento a Industrialização de Goiás, o FOMENTAR. Este programa tinha como objetivo permitir a expansão, a modernização e, principalmente, a diversificação da indústria dentro do estado de Goiás. O PRODUZIR merece destaque por ter sido a principal ferramenta utilizada pelo governo local para criar novos postos de trabalho, além de gerar renda, reduzir as desigualdades sociais e aumentar a atividade industrial por meio de fatores ambientais e de infraestrutura.

Segundo Laurias (2009), o programa se caracterizou por uma redução do custo de produção da empresa proporcionando um ganho de competitividade através do financiamento de até 73% do ICMS, durante um período de 15 anos. Esse programa ainda contava com algumas subdivisões focalizadas no beneficiamento de micro e pequenas empresas, o Microproduzir, feito para empresas indústrias com receita anual de até 1,2 milhões de reais. Nesses casos, o percentual de financiamento do ICMS chegava a até 90%, por um período de 3 ou 5 anos. Um fato interessante é que os incentivos fiscais não representaram uma renúncia fiscal do estado. Ao invés disso, a estruturação industrial criada no Estado com o advento dos incentivos fiscais permitiu o aumento da arrecadação de ICMS, proporcionando resultados significativos nos índices de crescimento econômico. A atuação governamental por meio de políticas públicas de desenvolvimento econômico, em setores fundamentais, foi determinante para a melhoria da qualidade de vida da população.

O PRODUZIR se caracterizou por corrigir as falhas dos programas anteriores:

“Pode-se ressaltar que, está entre os objetivos do PRODUZIR, o papel de corrigir as falhas estruturais do programa anterior, como por exemplo, os seguintes aspectos: o problema do passivo das empresas, em função da estabilidade econômica; litígio com Prefeituras, em função da falta de repasse da parcela incentivada; problema de legalidade frente ao código tributário nacional; a inexistência de mecanismos que diferenciassem a micro, pequenas e médias empresas industriais.” (LAURIAS, 2009: 98)

Com isso, houve uma tendência de formação de pólos de desenvolvimento que exploravam as potencialidades econômicas de cada região, favorecendo a maior competitividade dos produtos goianos. Vale destacar o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), um pólo fármaco-industrial.

A tabela 4 do anexo B apresenta as variações ocorridas na indústria de Anápolis de 2003 a 2010. Composto por 20 municípios, essa microrregião é a segunda maior de um total

de 18 do estado de Goiás. No período de análise apresentou altas taxas de crescimento das variáveis analisadas. O número de empregos passou de 19.609, em 2003, para 40.166, em 2010, representando uma taxa de crescimento de 104,8%. Em relação aos estabelecimentos, o número passou de 1.276 para 2.067, crescimento de 62%. Também houve grande aumento da massa salarial, com um crescimento real de 166,5%, aumento de 437 mil para 1.165 mil salários mínimos pagos. Observa-se que a participação dos empregos e dos estabelecimentos caiu dentro da indústria de transformação no período, enquanto o primeiro passou de 84,2% para 80,5%, o segundo, que apresentava 80,8% em 2003, caiu 5,2 pontos percentuais, atingindo 75,6% em 2010. A construção civil se situou como o segundo maior setor industrial ao concentrar, em 2010, 18,7% do emprego, 22,7% dos estabelecimentos e 23,5% da massa salarial. Dentro da indústria de transformação, a fabricação de produtos químicos divide com a fabricação de alimentos e bebidas a posição de principal divisão, ao passar de 21,3% para 19,6% da participação no emprego, enquanto a segunda aumentou de 19,0% para 20,6%. A confecção de artigos de vestuário e acessórios ficou na terceira posição nos dois anos, mesmo sofrendo uma perda de participação no emprego representativa (14,9% em 2003 para 10,5% em 2010). Além dessas três atividades, podemos destacar algumas outras: fabricação de produtos de minerais não-metálicos (com 5,5%), fabricação e montagem de veículos automotores com 4,8% e, por último, fabricação de produtos têxteis (com 4,0%). Adicionalmente, os dados mostram que as indústrias de serviços industriais de utilidade pública e extração mineral possuíam pouca representativa dentro da microrregião, uma vez que detinham, conjuntamente, menos que 1% do total do emprego.

III.2.5 VALE DO IPOJUCA – PE

O Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) foi criado no início da década de 90. De acordo com Amorim (2003), o objetivo da sua primeira versão era proporcionar o desenvolvimento industrial através de estímulos a setores caracterizados como relevantes e prioritários, ou seja, o programa visava atrair empresas que se dispusessem a implantar, revitalizar ou até mesmo ampliar os investimentos existentes. Gerou-se um incentivo que permitiu o financiamento de até 80% do ICMS devido (parcela do estado), podendo estender-se para até 100% em casos específicos (boa localização geográfica e do alto valor de ICMS de responsabilidade direta do contribuinte). O prazo oferecido poderia chegar até dez anos, dependendo da variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Além disso, o início do pagamento seria feito, após um prazo de carência de dois anos, com amortizações mensais das parcelas.

No restante da década, o programa sofreu uma série de pequenas alterações que não alteraram o foco de promover o desenvolvimento da indústria local. Com o objetivo de adequar ao período de análise, serão expostas as medidas que passaram a vigorar a partir do PRODEPE III, criado no ano de 2001. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, é importante frisar que os incentivos concedidos pelo programa não implicaram em reduções do nível de arrecadação do estado, uma vez que só foram oferecidos às empresas que incrementassem a produção por meio de uma ampliação significativa da capacidade instalada. Para as empresas de atividade relevante (não englobam construção civil e indústria extrativa), os benefícios foram:

- a) Crédito presumido, por um prazo de oito anos, de 47,5% do valor do ICMS para operações, internas e interestaduais, com produtos sem similar no estado e 25%, caso contrário.
- b) Compensação do frete: crédito presumido adicional de 5%, limitado ao valor do frete, na comercialização de produtos incentivados para fora da região Nordeste.
- c) Ampliação do incentivo para os empreendimentos localizados em SUAPE ou em município localizado fora da região metropolitana do Recife. Foram oferecidos valor do crédito presumido de até 47,5% do imposto devido por um prazo máximo de quatro anos.

Localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano, a microrregião de Vale de Ipojuca é formado por dezesseis municípios. Possuía 12.192 empregos em 2003, número que aumentou para 24.712 em 2010, o que representou um crescimento de 102,7%. Também houve grande crescimento do número de estabelecimentos, que passou de 1.054, em 2003, para 1.963, em 2010, representando um crescimento de 86,2%. A massa salarial passou de 186 mil para 484 mil SM no final do período, expressivos 160,3% de crescimento. Diferentemente do caso das outras cinco microrregiões selecionadas, houve aumento da importância da indústria de transformação e perda da construção civil no período analisado. Enquanto, em 2003, a participação do emprego na indústria de transformação era de 84,1%, em 2010, se elevou para 85,2%. Já a construção civil perdeu 0,4 pontos percentuais, passando a deter 14,0% dos empregos em 2010. Os serviços industriais de utilidade pública e a indústria extrativa mineral, que possuíam, conjuntamente, pouco peso em 2003, perderam participação e acabaram o período com menos que 1% do emprego. Quando se analisa o interior da indústria de transformação, percebe-se que as três principais divisões elevaram suas participações no emprego de 2003 para 2010. A confecção de artigos do vestuário e acessórios passou de 29,7% para 30,3%, a da fabricação de produtos alimentícios e bebidas

passou de 18,2% para 19,9% e a fabricação de produtos minerais não-metálicos passou de 8,0% para 9,0%. Somadas, as três divisões aumentaram a participação em 3,3 pontos percentuais, de 55,9%, em 2003, para 59,2% em 2010. Cabe destacar, ainda, a participação relativamente elevada da massa salarial na fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos.

III.2.6 MANAUS – AM

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada com o objetivo de promover a integração dentro da região devido à alta fragilidade das economias locais. Oliveira (2011) mostra que a região passou a ser considerada uma área de livre comércio de importação e exportação caracterizada por uma gama de incentivos fiscais especiais estabelecidos com a finalidade de criar centros industriais, comerciais e agropecuários no interior da Amazônia. Tais centros deveriam ser capazes de promover o desenvolvimento local diante de importantes dificuldades impostas por fatores locais, por exemplo, a distância em relação aos principais centros consumidores de seus produtos. No início da década de 90 foram estabelecidas novas diretrizes na forma de fazer política industrial. Deu-se início a uma gestão objetivando a promoção de ações atrativas de investimentos com finalidade de gerar efeitos positivos sobre o pólo industrial de Manaus, o foco passou a ser a modernização.

“A adaptação a esse novo cenário criado através da Lei 8387/91 caracterizou-se: pela perda de relevância da atividade comercial; pela eliminação dos limites máximos globais anuais de importação (Decreto nº 205/91); pela adoção de redutor de 88% do Imposto de Importação para a Zona Franca de Manaus (Lei 8.387/91); pela adoção do Processo Produtivo Básico; pela definição de que as indústrias de produção de bens e serviços de informática deveriam aplicar, anualmente, no mínimo 5% do seu faturamento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia e, as indústrias instaladas no Pólo Industrial de Manaus deram início a um amplo processo de modernização industrial, com ênfase à automação, qualidade e produtividade.” (OLIVEIRA, 2011: 61)

Desde então a região passou a operar como receptora e articuladora de políticas industriais nacionais e políticas de interesse regional. Com isso, em meados da década de 2000, ampliaram-se os investimentos visando modernização produtiva e obtenção de melhorias na infraestrutura nos municípios da sua área de atuação. Houve construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, além de projetos de capacitação de mão de obra.

Com a finalidade de atrair investimentos para a região, são disponibilizados os seguintes incentivos para as empresas industriais que aderirem ao modelo da Zona Franca

de Manaus:

- a) Isenção do imposto de importação para produtos destinados ao consumo na ZFM, além da redução de 88% do imposto para insumos.
- b) Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos destinados ao consumo ou industrialização na ZFM;
- c) Redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ);
- d) Isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus;
- e) Restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% do ICMS;
- f) Crédito do ICMS concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas aos produtos oriundos de outros Estados brasileiros;
- g) Isenção do IPTU, taxas de serviços de coleta de lixo, de limpeza pública;
- h) Isenção ou redução do ISS para empresas prestadoras de serviços com projetos aprovados pela prefeitura municipal de Manaus.

Além dos incentivos fiscais, as empresas, ainda, contam com uma infraestrutura diferenciada de captação, tratamento e abastecimento de água, sistema viário urbanizado, rede de esgoto sanitário, rede de telecomunicações, além do fato de o terreno apresentar preço simbólico.

A microrregião de Manaus se caracteriza como um dos destaques industriais do país. É a única da região norte entre as vinte maiores microrregiões do país quando se considera o número de empregos. Em 2003, concentrava 76.598 empregos passando para 138.052 no final do período de análise. Essa geração de aproximadamente 60 mil empregos representou uma taxa de crescimento de 80,2%. Em relação ao número de estabelecimentos, a taxa de crescimento foi de 36,9% após um aumento de 1.796 para 2.459. A massa salarial seguiu a tendência de crescimento das outras variáveis e cresceu 96,3% ao apresentar 5,4 milhões de SM em 2010. O setor industrial mais representativo é a indústria de transformação, que passou de 86,1%, em 2003, para 79,8% em 2010. A construção civil e os serviços industriais de utilidade pública aumentaram as suas respectivas participações. Enquanto o primeiro cresceu 5,8 pontos percentuais, passando a deter 16,6% em 2010, a participação do segundo subiu levemente, 0,4 ponto percentual. A indústria extrativa mineral é muito pouco representativa e apresentou menos que 0,5% na participação do emprego nos dois anos em questão. Vale ressaltar a existência empregos industriais em todas as 31 divisões existentes, uma especificidade em relação às outras microrregiões selecionadas. Dentre as principais divisões, no ano de 2010, a fabricação de material eletrônicos e equipamentos de comunicação passou a concentrar 18,5% da atividade industrial, após diminuir de forma intensa a sua participação no emprego (7,3

pontos percentuais). Em segundo lugar estava a fabricação de outros equipamentos de transporte com 13,4% resultante de um aumento de 4,5 pontos percentuais. Pode-se ainda citar a fabricação de artigos de borracha e plástico com 8,2%.

Os resultados desta seção demonstram que a dinâmica do comportamento da indústria nas seis microrregiões selecionadas é bastante diferenciada, atentando para a complexidade e importância do fenômeno que está em processo no país. Embora a maioria concentre sua produção em segmentos tradicionais da indústria de transformação, há diferenças significativas na estrutura industrial de cada uma.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisou as mudanças ocorridas na indústria brasileira no período de 2003 a 2010. A revisão bibliográfica elaborada mostrou a pertinência e diversidade do tema discutido, indicando que não existe tese unânime em relação à trajetória seguida pela indústria brasileira, abrindo espaço para novos debates que possam enriquecer, ainda mais, essa discussão.

A motivação da utilização desse período foi o processo de crescimento econômico aliado à estabilidade de preços, proporcionados, em parte, pelo sistema de metas de inflação. O mercado de trabalho proporcionou a queda da taxa de desemprego de 11,3%, em 2003, para 6,1% em 2010. Além disso, verificou-se uma maior participação dos investimentos no PIB e política de redução da pobreza e de aumento real do salário mínimo.

Ocorreram políticas específicas de desenvolvimento da indústria, PITCE e PDP, que influenciaram diretamente na reconstrução da esperança de se alcançar um desenvolvimento sustentado de longo prazo. Buscou-se a modernização da indústria, além de sua inserção no cenário externo por meio de ganhos de competitividade. Ficou clara a necessidade de uma maior integração entre as esferas públicas e privadas no sentido de aprofundar a capacidade de planejamento, coordenação e gestão de política.

O principal resultado exposto por esse trabalho é a confirmação da continuidade do processo de desconcentração espacial da indústria brasileira no período. Foram utilizados índices de concentração (CRs e HHI) que apontaram um resultado inequívoco de desconcentração regional, estadual e microrregional da indústria de transformação e da construção civil, que foram responsáveis por quase todas as mudanças ocorridas na indústria (95,7% da geração de emprego, 98,3% da construção de novos estabelecimentos industriais, além de 90,2% do aumento da massa salarial). Houve ambiguidade na análise da indústria extrativa mineral e os serviços de utilidade pública, muito em função das especificidades apresentadas por esses setores. Enquanto a indústria extrativa mineral é muito dependente da localização das jazidas minerais, o desenvolvimento dos serviços industriais de utilidade pública fica a mercê da existência de políticas estaduais.

Foi feita uma análise adicional para identificar os casos de destaque no período. Foram utilizadas três variáveis: o emprego industrial, o número de estabelecimentos e a massa salarial, que conforme foi mostrado, apresentaram-se altamente correlacionadas. Devido ao grande número de microrregiões no país, foram desconsideradas as áreas de baixa representatividade. No primeiro filtro selecionaram-se as microrregiões que detinham mais

que 20.000 empregos e 1.000 estabelecimentos industriais em 2010. Das 558 existentes, apenas 96 atenderam as condições. Num segundo momento foram selecionadas as que apresentaram taxas de crescimento superiores a média do conjunto da indústria. Os resultados foram divididos em oito grupos de acordo com a comparação direta entre as taxas de crescimento de emprego, estabelecimentos e massa salarial das microrregiões em relação à média do país.

Notou-se que, de todas as microrregiões selecionadas fora do eixo sul-sudeste, apenas quatro não estavam localizadas no grupo de interesse (SSS). Dentro do grupo de interesse, observou-se uma predominância de microrregiões do Nordeste, Centro-Oeste e Norte confirmando a tendência de desconcentração da indústria. Das 33 presentes, foram escolhidas 6 para uma análise mais detalhada. Priorizou-se a seleção de microrregiões em regiões distintas com características diferenciadas, de modo a representar a diversidade de situações encontradas. As selecionadas foram: Paranavaí-PR, Itajaí-SC, Araraquara-SP, Anápolis-GO, Vale do Ipojuca-PE e Manaus-AM. Nesses casos, observou-se um padrão dentro do arcabouço da indústria, mesmo que em níveis diferentes. Houve predomínio da indústria de transformação em todas as microrregiões. Por mais que se observassem algumas semelhanças nas distribuições setoriais, os casos selecionados trataram de experiências distintas condicionadas aos rumos das políticas locais.

Sugere-se que as microrregiões selecionadas neste trabalho refletiram as grandes mudanças que ocorreram no período, respondendo de forma positiva às políticas de descentralização localizadas em áreas menos desenvolvidas. Ficou evidente que as vantagens locais devem ser exploradas no sentido de se obter economias de aglomeração em atividades com um grande poder de encadeamento. A existência de vantagens fiscais, creditícias e de infraestrutura, oferecidas pelos programas de desenvolvimento locais tiveram alta relevância na promoção de novos investimentos industriais nessas novas áreas. Além disso, as deseconomias de aglomeração presentes nas áreas mais urbanizadas reduziram sua vantagem comparativa auxiliando em muito a promoção das mudanças ocorridas. Com isso, espera-se que se mantida, no futuro, a trajetória de crescimento observada no período analisado, a tendência de desconcentração deva permanecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, E. C. P. *PRODEPE – Incentivo fiscal do estado de Pernambuco: Avaliação dos controles para o acompanhamento das atividades incentivadas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2003.

ARDISSONE, M. S. *Mudança na distribuição espacial das atividades industriais por microrregião no período 1996/2005*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UFRJ, 2009.

AZEVEDO, P. F., TONETO JÚNIOR, R. *Relocalização do emprego industrial formal no Brasil na década de 90*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 31, n. 1, abril de 2001.

BACELAR DE ARAÚJO, T. *Por uma política nacional de desenvolvimento regional*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.30, n.2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

BARROS, A. M. S. *Formação e desenvolvimento do parque industrial paulista segundo as informações censitárias e as pesquisas industriais anuais*. Dissertação de Pós-Graduação. Universidade de São Paulo – USP, 2011.

BRASIL. *Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)*. Disponível em: <www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec67PoliticaDesenvolvimento.pdf> Acessado em: 14 Jul. 2012.

CANO, W. ; SILVA, A. L. G., *Política industrial do governo Lula*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.

CHACON, M. O. *O papel do Pró-Emprego e do PRODEC na geração de novos empregos em Santa Catarina*. Dissertação de Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFCS, 2010.

CURADO, M. *Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula*. Economia & Tecnologia - Ano 07, Volume Especial - 2011.

DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Nova Economia, v.6, n. 1, julho de 1996.

DINIZ, C.C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. Nova Economia, v.3, n. 1, setembro de 1993.

FERRAZ, J. C. ; PAULA, G. M. ; KUPFER, D. *Política industrial*. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 23.

FERRAZ, M. B., Retomando o debate: *A nova política industrial do governo Lula*. Planejamento e políticas públicas, n. 32, jan./jun. 2009.

GARCIA, R. A. ; LEMOS, M. B. ; CARVALHO, J. A. M. *A Evolução das áreas de influência demográfica e econômico-demográfica dos pólos econômicos brasileiros entre 1980, 1991 e 2000*. Texto para Discussão, n. 224, Cedeplar, Belo Horizonte, outubro de 2003.

LAURIAS, N. C. *O papel dos incentivos fiscais no processo de estruturação industrial em Goiás (1998–2006)*. Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 01, Jan-Jun de 2009.

MORAES NETO, J. *O emprego e as políticas governamentais*. Boletim mercado de trabalho, n. 27, maio de 2005.

NEGRI, B. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 1994.

OLIVEIRA, J. L. C. *Zona Franca de Manaus: um estudo sobre a renúncia tributária dos entes federativos e os benefícios socioeconômicos gerados pelo modelo*. Dissertação de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.

PACHECO, C. A. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Texto para Discussão, n. 633. IPEA, Brasília, março de 1999.

PEREIRA, F. M. ; LEMOS, M. B. *Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.33, n.1, abril de 2003.

RAMOS, L. ; FERREIRA, V. *Geração de empregos e realocação espacial do mercado de trabalho brasileiro - 1992-2002*. Pesquisa e Planejamento Econômico, V.35, n.1, abril de 2005.

SABOIA, J. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000, mimeo, IE/UFRJ, 2011.

SABOIA, J. *A indústria brasileira no Nordeste e as desigualdades inter e intra-regionais*. Econômica, v.6, n. 1, Junho de 2004.

SABOIA, J. *Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente*. Nova Economia, v.11, n.2, dezembro de 2001.

SABOIA, J. *Descentralização industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.30, n. 1, abril de 2000.

SABOIA, J. ; KUBRUSLY, L. S. ; BARROS, A. C. *Diferenciação regional da indústria brasileira: agrupamento e ordenação a partir de um novo índice*. Nova Economia, v. 18, n. 3, dezembro de 2008.

SECRETARIA DE FAZENDA DE PERNAMBUCO. *Incentivos fiscais e financeiros*. Disponível em: <http://www.sefaz.pe.gov.br/sefaz2/outros/incentivos_fiscais.asp> Acessado em: 20 Jul. 2012.

SENAI. *Aglomerações industriais emergentes no Brasil*. Brasília, 2007.

SIMÕES, R. F., BETARELLI JUNIOR, A. A. *A dinâmica setorial e os determinantes locais das microrregiões paulistas* – Texto para Discussão, n. 418, Cedeplar, Belo Horizonte, 2011.

SISTEMA FIESC. *Desenvolvimento SC: uma visão da indústria*. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/8977715556b8506e6fb8b92617f9aaa2.pdf>> Acessado em: 15 Jul. 2012.

TINEU, R. *A desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo e seus efeitos sobre as regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba no período de 1990 a 2005*. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – SIMPGEO, São Paulo, 2008.

ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR SETORES INDUSTRIAIS DAS MICRORREGIÕES SELECIONADAS – GRUPO DE ANÁLISE – 2010

Tabela 1A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SSN- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	SP	SOROCABA	0,4	88,4	1,1	10,1	140.069	59,8
SE	MG	IPATINGA	0,6	70,5	1,1	27,8	53.587	73,7

Fonte: RAIS

Tabela 2A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SNN- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	SP	ITAPECERICA DA SERRA	0,7	78,6	1,9	18,8	75.935	60,1
SE	SP	LIMEIRA	1,1	89,6	1,2	8,1	71.546	62,2
SE	SP	PIRACICABA	0,5	87,5	1,2	10,7	69.324	61,1
SE	SP	TATUI	0,4	92,8	1,2	5,6	29.941	61,1
SE	SP	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0,6	88,8	1,5	9,1	28.720	60,0

Fonte: RAIS

Tabela 3A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - SNS- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	MG	BELO HORIZONTE	2,0	53,4	6,1	38,5	419.314	72,2
SE	SP	JUNDIAÍ	0,1	88,7	0,7	10,5	86.918	71,4
SE	SP	BRAGANÇA PAULISTA	0,4	86,2	2,2	11,1	53.126	80,3
SE	SP	SANTOS	3,8	43,4	6,3	46,5	52.200	61,3
SE	SP	BAURU	0,3	60,4	4,3	35,0	42.858	73,2
SE	SP	JAÚ	0,4	95,7	1,1	2,8	42.736	93,1
SE	MG	UBÁ	0,7	95,6	0,1	3,6	30.272	62,7
SE	MG	UBERABA	0,6	68,5	2,9	28,0	28.412	81,4
S	PR	CIANORTE	0,2	95,4	0,3	4,1	23.840	91,7
NE	PE	RECIFE	0,5	44,3	9,5	45,7	159.441	72,2
NE	SE	ARACAJU	3,4	33,7	10,9	52,1	44.961	69,7
NE	PB	CAMPINA GRANDE	1,4	78,0	4,3	16,4	26.008	70,8

Fonte: RAIS

Tabela 4A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NSS- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1,3	41,9	7,7	49,0	21.265	50,6
S	SC	BLUMENAU	0,3	91,6	1,3	6,7	147.610	50,6
S	PR	APUCARANA	0,2	94,0	0,1	5,7	38.592	59,1
S	SC	RIO DO SUL	0,5	94,5	0,6	4,4	31.771	47,9

Fonte: RAIS

Tabela 5A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NSN - 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0,8	80,3	1,9	17,1	128.674	48,3
SE	SP	JABOTICABAL	0,2	88,0	1,3	10,5	30.656	56,8
SE	SP	SÃO CARLOS	1,5	83,3	2,4	12,7	29.194	27,7
SE	RJ	NOVA FRIBURGO	0,6	89,9	2,6	6,8	22.992	54,3
S	SC	JOINVILLE	0,4	91,1	1,1	7,4	144.290	55,2
S	PR	LONDRINA	0,2	81,0	0,4	18,4	60.648	47,0
S	SC	CRICIÚMA	7,5	83,1	1,3	8,0	52.538	48,3
S	RS	LAJEADO-ESTRELA	0,9	88,1	1,5	9,6	46.146	14,7
S	RS	MONTENEGRO	0,5	91,6	0,4	7,4	30.026	16,1

Fonte: RAIS

Tabela 6A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NNS- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	RJ	RIO DE JANEIRO	2,2	54,2	9,5	34,0	477.572	53,2
SE	MG	DIVINÓPOLIS	1,4	92,8	0,2	5,6	59.915	49,9
SE	MG	SETE LAGOAS	4,3	81,0	2,4	12,3	31.539	43,9

Fonte: RAIS

Tabela 7A - Distribuição Percentual do Emprego por Setores Industriais das Microrregiões Seleccionadas - NNN- 2010

Região	UF	Microrregião	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serv. Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Total (Absoluto)	Δ % (2010-2003)
SE	SP	SÃO PAULO	0,2	69,0	3,5	27,4	1.144.122	42,4
SE	SP	CAMPINAS	0,3	81,6	4,6	13,4	290.783	52,3
SE	SP	GUARULHOS	0,7	86,4	4,8	8,1	143.529	49,3
SE	SP	OSASCO	0,7	78,4	2,4	18,6	131.021	51,4
SE	ES	VITÓRIA	4,5	48,6	6,4	40,4	101.680	56,7
SE	SP	MOGI DAS CRUZES	1,2	79,7	2,4	16,7	90.562	37,2
SE	RJ	VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE	0,5	76,3	2,1	21,1	49.323	58,7
SE	MG	JUIZ DE FORA	0,7	72,4	2,1	24,8	42.228	40,3
SE	SP	MOJI MIRIM	0,5	89,8	2,6	7,1	41.641	50,3
SE	SP	FRANCA	0,2	90,3	1,5	8,1	39.353	23,9
SE	SP	BIRIGUI	0,3	93,8	1,4	4,5	32.533	30,6
SE	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	0,7	80,8	4,2	14,3	32.363	50,1
SE	RJ	SERRANA	0,1	73,9	6,0	19,9	27.955	53,0
SE	SP	MARÍLIA	0,1	80,2	2,3	17,4	26.595	45,4
SE	MG	POÇOS DE CALDAS	6,4	79,2	2,6	11,7	26.302	41,3
SE	MG	VARGINHA	6,2	81,4	0,8	11,7	25.447	48,2
SE	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	8,9	79,1	2,5	9,5	21.354	47,3
S	RS	PORTO ALEGRE	0,3	75,6	4,9	19,3	309.237	28,2
S	RS	CAXIAS DO SUL	0,3	91,8	2,2	5,7	155.761	48,6
S	RS	GRAMADO-CANELA	0,4	94,3	0,4	5,0	59.886	22,3
S	SC	JOAÇABA	0,5	90,5	1,1	7,9	37.678	14,4
S	SC	TUBARÃO	1,2	85,2	3,0	10,6	33.649	31,7
S	PR	PONTA GROSSA	2,3	80,4	0,8	16,5	29.745	36,4
S	RS	PASSO FUNDO	1,3	81,4	3,0	14,3	27.112	49,5
S	RS	SANTA CRUZ DO SUL	0,3	86,6	1,0	12,1	23.946	11,3
S	RS	ERECHIM	0,1	78,5	1,4	20,0	21.894	36,1
S	RS	GUAPORÉ	3,1	86,4	0,3	10,1	21.052	33,6
N	PA	BELÉM	1,3	45,9	7,0	45,8	67.424	50,2

Fonte: RAIS

ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VARIÁVEIS POR DIVISÃO INDUSTRIAL DAS MICRORREGIÕES SELECIONADAS – 2003/2010

Tabela 1B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Paranavai - PR - 2003/2010

Divisões	Emprego		Estabelecimentos		Massa Salarial*	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,7	0,4	2,1	1,6	0,9	0,4
Extrativa Mineral	0,7	0,4	2,1	1,6	0,9	0,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	40,8	49,7	18,6	11,9	41,9	50,5
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	2,0	0,2	1,8	0,8	1,9	0,2
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	10,7	8,8	12,4	9,2	7,1	6,1
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	1,0	1,0	1,1	0,8	1,2	0,9
Fabricação de Produtos de Madeira	1,6	1,1	3,1	2,3	1,4	1,0
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,7	0,4	0,8	0,4	0,5	0,3
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,0	0,7	2,0	2,3	1,3	0,7
Refino de Petróleo e Álcool	7,1	0,0	0,4	0,0	11,5	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	0,2	6,7	1,1	1,2	0,2	10,7
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	1,8	1,8	1,7	1,5	2,1	1,7
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	6,3	4,9	9,4	6,8	5,7	4,8
Metalurgia Básica	0,6	0,5	0,8	0,5	0,5	0,4
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	5,9	5,0	7,4	8,0	4,8	4,4
Fabricação de Máquinas e equipamentos	5,7	7,3	3,5	6,4	5,0	6,7
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	0,0	0,2	0,6	0,5	0,0	0,2
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	0,1	0,2	0,6	0,4	0,1	0,2
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	0,5	0,4	1,0	1,1	0,6	0,4
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	7,5	3,8	12,7	5,9	6,6	3,4
Reciclagem	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1
Indústria de Transformação	93,8	92,9	79,6	60,8	92,5	92,9
Eletricidade, Gás e Água Quente	0,2	0,0	0,3	0,0	0,3	0,0
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	0,1	0,1	0,6	0,5	0,0	0,1
Serv. Ind. de Utilidade Pública	0,4	0,2	1,3	0,7	0,5	0,2
Construção Civil	5,1	6,5	17,1	36,9	6,1	6,4
Construção Civil	5,1	6,5	17,1	36,9	6,1	6,4
Total (Absoluto)	10.425	20.702	715	1.317	178	496
Taxa de Crescimento	98,6		84,2		178,4	

* Massa salarial em mil salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Tabela 2B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Itajaí - SC - 2003/2010

Divisões	Emprego		Estabelecimentos		Massa Salarial*	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	1,4	0,4	0,3	0,1	4,4	3,0
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,7	0,5	1,0	0,6	0,7	0,6
Extrativa Mineral	2,1	0,9	1,3	0,7	5,1	3,6
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	29,9	20,3	13,0	10,3	30,4	22,9
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	7,5	5,3	3,2	2,7	5,8	4,3
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	7,7	11,2	11,7	12,2	3,8	8,8
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	0,1	0,1	0,5	0,2	0,1	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	2,1	1,5	4,3	3,7	1,3	1,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1,9	1,6	0,5	0,6	2,3	2,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,6	1,5	3,1	3,3	1,1	1,2
Refino de Petróleo e Álcool	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,5
Fabricação de Produtos Químicos	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	1,2
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	3,6	2,3	2,3	1,7	2,6	2,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4,3	4,1	6,4	5,2	3,8	4,1
Metalurgia Básica	0,4	0,1	0,5	0,2	0,5	0,1
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	3,2	5,2	7,1	7,8	2,5	5,4
Fabricação de Máquinas e equipamentos	2,1	2,7	1,8	2,7	2,9	3,4
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	1,3	1,6	0,6	0,8	3,3	1,8
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	0,1	0,1	0,3	0,5	0,1	0,1
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	0,4	0,4	0,7	0,7	0,2	0,4
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	6,7	5,8	1,6	1,5	11,2	8,6
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	2,4	2,3	6,3	5,5	1,5	1,7
Reciclagem	0,5	0,3	0,6	0,5	0,3	0,2
Indústria de Transformação	76,9	68,0	65,8	61,2	74,7	70,4
Eletricidade, Gás e Água Quente	1,0	0,0	0,1	0,1	4,2	0,0
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	0,9	0,6	0,7	0,3	3,1	0,8
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	3,5	2,2	1,1	1,0	1,9	1,4
Serv. Ind. de Utilidade Pública	5,4	2,8	1,9	1,4	9,2	2,2
Construção Civil	15,5	28,2	31,0	36,8	11,0	23,8
Construção Civil	15,5	28,2	31,0	36,8	11,0	23,8
Total (Absoluto)	19.546	38.094	1.918	3.286	530	1.248
Taxa de Crescimento	94,9		71,3		135,6	

* Massa salarial em mil salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Tabela 3B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Araraquara - SP - 2003/2010

Divisões	Emprego		Estabelecimentos		Massa Salarial*	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,4	0,4	0,9	0,9	0,2	0,3
Extrativa Mineral	0,4	0,4	0,9	1,0	0,2	0,3
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	26,2	22,5	9,0	7,9	31,2	23,9
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	18,5	22,8	22,7	24,1	10,2	13,7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	6,9	6,6	7,5	8,6	3,0	3,2
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	0,4	0,1	1,2	0,6	0,1	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	0,4	0,3	1,6	1,0	0,2	0,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,4	0,3	0,5	0,5	0,2	0,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,8	3,4	2,6	0,8	0,6
Refino de Petróleo e Álcool	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	1,3	1,6	2,2	2,4	1,8	1,7
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	1,6	2,1	2,2	2,3	1,0	1,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,3	1,7	4,0	3,3	0,7	1,3
Metalurgia Básica	0,4	0,5	1,1	0,6	0,3	0,4
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	4,7	3,5	6,8	6,0	3,9	3,3
Fabricação de Máquinas e equipamentos	19,8	15,5	5,1	6,1	29,0	23,6
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	1,3	1,8	1,2	1,0	1,4	2,0
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	0,4	0,4	0,7	1,2	0,3	0,3
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	2,1	1,6	0,9	0,8	1,9	2,0
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	1,5	3,8	0,4	0,4	4,5	9,8
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1,2	0,6	3,3	2,3	0,7	0,3
Reciclagem	0,0	0,2	0,1	0,5	0,0	0,1
Indústria de Transformação	90,0	86,7	74,2	72,4	91,8	88,1
Eletricidade, Gás e Água Quente	0,6	0,5	0,7	0,6	1,3	1,4
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	1,0	1,0	0,1	0,1	1,3	1,3
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	0,1	0,0	0,4	0,2	0,1	0,0
Serv. Ind. de Utilidade Pública	1,7	1,5	1,1	0,9	2,6	2,7
Construção Civil	7,9	11,5	23,8	25,7	5,4	8,9
Construção Civil	7,9	11,5	23,8	25,7	5,4	8,9
Total (Absoluto)	28.388	52.028	1.620	2.215	1.001	1.996
Taxa de Crescimento	83,3		36,7		99,5	

* Massa salarial em mil salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Tabela 4B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Anápolis - GO - 2003/2010

Divisões	Emprego		Estabelecimentos		Massa Salarial*	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,2	0,4	0,9	0,7	0,1	0,5
Extrativa Mineral	0,2	0,4	0,9	0,7	0,1	0,5
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	19,0	20,6	18,7	13,3	17,3	17,9
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	1,8	4,0	1,8	3,9	0,9	2,4
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	14,9	10,5	24,5	25,6	6,8	5,8
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	0,9	0,6	1,3	1,5	0,6	0,4
Fabricação de Produtos de Madeira	0,9	0,5	2,3	1,3	0,5	0,3
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1,6	2,3	1,0	1,1	1,5	1,8
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,2	0,6	3,1	2,7	0,9	0,5
Refino de Petróleo e Álcool	3,1	0,0	0,2	0,0	3,3	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	21,3	19,6	4,6	3,7	25,5	26,5
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	3,1	2,5	2,7	2,1	2,6	2,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	7,8	5,5	7,1	5,5	6,0	4,4
Metalurgia Básica	0,2	0,1	0,3	0,4	0,1	0,1
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	3,4	3,7	3,8	4,0	3,1	3,6
Fabricação de Máquinas e equipamentos	1,0	1,8	0,9	2,2	1,1	2,4
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	0,2	0,2	0,5	0,8	0,2	0,1
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	0,1	0,1	0,5	0,6	0,1	0,1
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	1,0	4,8	1,4	1,2	0,6	4,0
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	0,4	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1,7	2,4	4,9	4,1	0,9	1,6
Reciclagem	0,4	0,5	0,4	0,9	0,3	0,3
Indústria de Transformação	84,2	80,5	80,8	75,6	72,7	74,6
Eletricidade, Gás e Água Quente	0,6	0,4	1,9	0,8	2,3	1,5
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	1,8	0,0	0,4	0,2	1,0	0,0
Serv. Ind. de Utilidade Pública	2,3	0,4	2,3	1,1	3,3	1,5
Construção Civil	13,2	18,7	16,1	22,7	23,9	23,5
Construção Civil	13,2	18,7	16,1	22,7	23,9	23,5
Total (Absoluto)	19.609	40.166	1.276	2.067	437	1.165
Taxa de Crescimento	104,8		62,0		166,5	

* Massa salarial em mil salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Tabela 5B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Vale do Ipojuca - PE - 2003/2010

Divisões	Emprego		Estabelecimentos		Massa Salarial*	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,5	0,3	0,8	0,4	0,5	0,2
Extrativa Mineral	0,5	0,3	0,9	0,5	0,5	0,2
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	18,2	19,9	23,6	15,8	16,2	19,4
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	2,6	3,3	2,4	4,1	1,8	2,8
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	29,7	30,3	31,0	38,1	21,4	23,0
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	3,0	0,9	1,7	1,7	2,7	0,7
Fabricação de Produtos de Madeira	0,5	0,2	2,2	0,9	0,4	0,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,2	1,3	0,4	0,3	0,1	1,6
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	2,2	2,4	3,0	3,1	2,1	2,3
Refino de Petróleo e Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	1,6	0,7	2,0	1,1	1,8	0,8
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	5,2	4,1	2,8	2,4	5,4	4,7
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	8,0	9,0	5,3	4,5	6,4	7,9
Metalurgia Básica	1,7	1,2	0,7	0,2	2,7	2,3
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	0,7	1,5	1,4	2,5	0,6	1,3
Fabricação de Máquinas e equipamentos	0,1	0,2	0,2	0,6	0,1	0,2
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	5,2	4,8	0,5	0,9	11,9	10,2
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	0,0	0,1	0,0	0,4	0,0	0,1
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	0,4	0,7	0,6	0,6	0,4	0,6
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,3
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	4,1	4,1	4,8	5,2	3,3	3,7
Reciclagem	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Indústria de Transformação	84,1	85,2	83,4	83,0	77,9	82,4
Eletricidade, Gás e Água Quente	0,9	0,4	0,3	0,3	4,9	2,3
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2
Serv. Ind. de Utilidade Pública	1,0	0,6	0,8	0,5	5,0	2,5
Construção Civil	14,4	14,0	15,0	16,0	16,6	14,8
Construção Civil	14,4	14,0	15,0	16,0	16,6	14,8
Total (Absoluto)	12.192	24.712	1.054	1.963	186	484
Taxa de Crescimento	102,7		86,2		160,3	

* Massa salarial em mil salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS

Tabela 6B - Distribuição Percentual das Variáveis por Divisão Industrial - Manaus - AM - 2003/2010

Divisões	Emprego		Estabelecimentos		Massa Salarial*	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1
Extrativa Mineral	0,1	0,2	0,2	0,6	0,2	0,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	5,9	5,1	11,4	10,2	4,9	4,3
Fabricação de Produtos Do Fumo	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	1,2	0,7	0,9	0,7	0,7	0,3
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,8	0,9	2,7	2,6	0,3	0,4
Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	1,3	0,4	2,4	2,2	0,5	0,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1,7	1,7	1,4	1,6	1,4	1,5
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	4,0	3,0	5,4	5,4	3,3	2,8
Refino de Petróleo e Álcool	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	2,2	1,4	3,1	2,8	2,3	1,8
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	8,6	8,2	5,0	5,2	7,6	7,7
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	2,0	1,5	3,5	2,7	1,2	1,2
Metalurgia Básica	1,1	0,9	1,8	0,9	1,0	0,8
Fabr. de Prod. de Metal - exclusive Máq. e equip.	3,6	5,0	4,6	6,5	4,2	5,1
Fabricação de Máquinas e equipamentos	2,3	4,9	2,3	3,8	2,5	4,6
Fabr. de Máq. Para escritório e equip. de Informática	2,8	3,5	1,7	1,2	2,1	3,0
Fabr. de Máq., Aparelhos e Materiais elétricos	3,9	4,4	2,1	1,8	3,6	3,6
Fabricação de Mat. eletrôn. e equip. de Comunicação	25,8	18,5	4,1	3,2	27,3	18,5
Fabr. de equipamentos de Instr. Médico-Hospitalar	2,9	2,3	2,0	1,3	2,4	1,9
Fabr. e Montagem de Veículos Automotores	4,8	2,0	1,3	1,1	5,9	2,0
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte	8,9	13,4	2,3	2,5	13,8	17,5
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	2,0	1,0	2,8	2,6	2,1	0,7
Reciclagem	0,2	0,7	0,7	0,8	0,1	0,4
Indústria de Transformação	86,1	79,8	61,9	59,5	87,3	78,4
Eletricidade, Gás e Água Quente	1,2	1,5	2,1	1,1	3,8	5,5
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	0,8	0,6	2,0	0,6	1,2	0,7
Limpeza Urbana e Ativ. Relacionadas	0,9	1,3	0,3	1,2	0,4	1,0
Serv. Ind. de Utilidade Pública	3,0	3,4	4,4	3,0	5,3	7,2
Construção Civil	10,8	16,6	33,5	37,0	7,2	13,9
Construção Civil	10,8	16,6	33,5	37,0	7,2	13,9
Total (Absoluto)	76.598	138.052	1.796	2.459	2.766	5.430
Taxa de Crescimento	80,2		36,9		96,3	

* Massa salarial em mil salários mínimos de 2010

Fonte: RAIS